

O Livro da Sabedoria



3 **Introdução
ao livro da Sabedoria**
“A Sabedoria é um espírito amigo do ser”
(Sb 1,6): caminho para a justiça e a vida
Maria Antônia Marques

13 **“Vamos oprimir
o pobre e o justo”**
Uma leitura do livro da Sabedoria
1,16-2,20
Centro Bíblico Verbo

25 **“Nenhum ser humano
pode modelar um Deus”**
Uma leitura de Sb 15,7-19
Shigeyuki Nakanose

35 **Medellín: esquecer
ou reviver? – Uma análise
pastoral**
Nicolau João Bakker

41 **Roteiros homiléticos**
Rita Maria Gomes

JUDIA, FILÓSOFA, RELIGIOSA, MÁRTIR.

A vida de Santa Edith Stein
contada por ela mesma.



VIDA DE UMA FAMÍLIA JUDIA e outros escritos autobiográficos

Edith Stein foi uma mulher à frente
de seu tempo.

Nesta autobiografia, ela desmente
a caricatura imposta pelos nazistas
ao povo judeu, deixando um
testemunho fascinante de sua vida,
de sua família e de uma época
marcada pela dor.

VA MOS FILO SO FAR?

**NOTA
MÁXIMA 5**

Nota máxima segundo MEC

**LICENCIATURA
&
BACHARELADO**

O único curso de Filosofia no Brasil
que integra a Comunicação Social
com aulas práticas em laboratórios.

vestibular.fapcom.edu.br
0800 709 8707



Inscrições Abertas

Mais que um nome,
CONTEÚDO.



UM ESTUDO PRECISO DO MUNDO CULTURAL DO *Novo Testamento.*



EVANGELHOS SINÓTICOS

Comentário à luz das ciências sociais

Bruce J. Malina e Richard L. Rohrbaugh

Para entender com profundidade a Bíblia, é preciso conhecer bem o seu contexto social. Mas como os leitores contemporâneos podem compreender esse contexto se foram modelados pela experiência de viver em países ocidentais do século XX? Pensando nisso, a PAULUS lança *Evangelhos Sinóticos: comentário à luz das ciências sociais*, uma rica análise histórica da Bíblia, enraizada nos sistemas sociais do antigo mundo mediterrâneo. Confira!

11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

  
[@editorapaulus](https://www.editorapaulus.com.br)

A nossa palavra é **comunicação!**
[paulus.com.br](https://www.paulus.com.br)


PAULUS

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

Dona Hermínia sempre desconfiou dos discursos exaltados sobre o progresso e mais ainda dos arroubos dos modismos, imputados pelos que têm a mania de desconsiderar a sabedoria dos antigos. Quando recebeu de presente a primeira televisão em sua casa, ela não a viu com bons olhos. Acolheu o presente agradecida, afinal, o seu neto a tinha presenteado com tanto carinho. Mas ficou desconfiada com aquele instrumento de imagens em movimento na sala. Não combinava com seu oratório antigo, nem com o belo quadro do Coração de Jesus. O rádio não destoava tanto. Mas a TV parecia mais intrometida.

A primeira reação que a TV provocou em dona Hermínia foi a falta de paciência para ficar sentada vendo aquela programação de gente desconhecida, e seus olhos já não enxergavam tão nitidamente. Foi se acostumando aos poucos. Porém, com o tempo passou a ligar a TV só para assistir à missa. Depois também notou que havia alguns padres que mais pareciam “cantores do mundo” do que propriamente padres. Dona Hermínia até achava algumas coisas bonitas. Porém, sentia lá no íntimo que aquilo não alimentava sua fé.

Certa vez, em uma novena em casa, no mês de maio, ficou impressionada com certo clima de inquietação das pessoas para terminar logo a celebração. Depois soube que o motivo daquela pressa era por causa do capítulo final de uma novela. Dona Hermínia ficou decepcionada com tal comportamento. Não porque o pessoal gostasse de novela. Ela mesma tantas vezes também acompanhara as novelas radiofônicas e, com a chegada da televisão, as telenovelas. Mas nada substituiu o aconchego da família, suas práticas religiosas e comunitárias.

Outra coisa que deixava dona Hermínia triste era certo desleixo dos pais na criação dos filhos. Cada vez mais as crianças, os adolescentes e os jovens iam perdendo o costume tão bonito, que era pedir a bênção aos pais, aos avós, aos

tios e aos mais idosos da comunidade. Isso na cabeça de dona Hermínia se constituía numa perda de valores e referências.

Em relação à televisão, dona Hermínia, com sabedoria, intuiu que o novo instrumento em si não era problema. O conteúdo, sim, trazia problemas. Por isso, aos poucos foi filtrando as possibilidades que a televisão oferecia e deixando de lado o que não agregava aos seus hábitos. Ela não deu espaço para que a novidade passasse feito rolo compressor sobre as relações comunitárias, marcadas pelos afetos.

O exemplo de dona Hermínia diz respeito a um olhar de sabedoria frente aos costumes dos antigos. Não quer dizer que tudo do passado foi bom. Mas há coisas das quais não se deveria abrir mão. É justamente esta uma das perspectivas do tema desta edição de *Vida Pastoral*: o livro bíblico da Sabedoria. Conforme os artigos sugeridos, o escritor sagrado se preocupa em instruir as novas gerações a não se deixarem seduzir cegamente pelas propostas de felicidade oferecidas pelos sistemas dominantes. A sabedoria é o caminho da justiça e da felicidade.

Além do rico conteúdo sobre o livro da Sabedoria, a revista resgata a memória dos 50 anos da Conferência de Medellín, documento referencial da pastoral latino-americana, com as grandes e necessárias inspirações do Concílio Vaticano II. Conjuntamente com o tema específico, as comunidades também podem usufruir dos relevantes conteúdos bíblico-pastorais dos roteiros homiléticos. Compõe ainda esta edição uma resenha, dirigida a quem queira degustar uma novidade da Editora Paulus sobre a importância da oração do Rosário.

Esperamos que toda essa riqueza se reverta em entusiasmo, profecia e esperança para o povo de Deus.

Boa leitura e feliz missão!

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Jornalista Responsável Valdir José de Castro, ssp
Editor Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Conselho editorial Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Claudio Avelino dos Santos, ssp
Darcy Luiz Marin, ssp
Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Ilustrações Elinaldo Meira
Editoração Fernando Tangi
Revisão Alexandre Santana
e Cícera Gabriela Sousa Martins

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • WhatsApp: 99974-1840
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
paulus.com.br / paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica. Área: Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista *Vida Pastoral* é distribuída gratuitamente pela Paulus.
A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br
Tel.: (11) 3789-4000
WhatsApp: 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista *Vida Pastoral* – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP
Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE
Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELEM – PA
Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG
Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF
SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP
Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS
Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS
Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR
Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC
Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE
Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO
Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB
Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM
Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN
Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS
Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP
Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ
Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA
Rua Direita da Piedade, 75
Barris (71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP
Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP
Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA
Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP
Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES
Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Introdução ao livro da Sabedoria

“A Sabedoria é um espírito amigo do ser”
(Sb 1,6): caminho para a justiça e a vida

Maria Antônia Marques*

O livro da Sabedoria apresenta a súplica dos justos e o projeto deles para um governo segundo a justiça. Fazendo uma retrospectiva histórica, o autor afirma que a Sabedoria de Deus sempre esteve presente na caminhada do povo, apontando o caminho para a justiça, vida e liberdade.

*Maria Antônia Marques é assessora do Centro Bíblico Verbo e professora da Faculdade Dehoniana, em Taubaté, e do Itesp, em São Paulo. Juntamente com o Centro Bíblico Verbo, tem publicado todos os anos, pela Paulus, um subsídio para reflexão e círculos bíblicos do mês da Bíblia. E-mail: ma.antoniabv@yahoo.com.br

Introdução

Algumas afirmações do livro da Sabedoria: “A Sabedoria é um espírito amigo dos seres humanos e não deixa impune quem blasfema com os lábios” (Sb 1,6); “A vida dos justos está nas mãos de Deus e nenhum tormento irá atingi-la” (Sb 3,1); “A Sabedoria se mostra facilmente a quem lhe tem amor e se deixa encontrar por aquele que a procura” (Sb 6,12); “Tu amas tudo o que existe e não detestas nada do que fizeste. Mas tudo poupa, pois tudo é teu, Senhor, amigo da vida” (Sb,11,24.26).

Essa obra foi escrita em grego, no final do séc. I a.C., na colônia judaica de Alexandria. O título do livro aponta para a “Sabedoria” como o tema principal. De fato, na primeira parte, o autor destaca a importância da Sabedoria como caminho para a justiça e a vida (cf. Sb 1,1-6,21). Na parte central do livro,



há uma descrição da origem e da natureza da Sabedoria (cf. Sb 6,22-9,18); na última parte, o autor faz um resgate da ação da Sabedoria na história (cf. Sb 10-19).

Contudo, o tema central do livro é a justiça, que está intimamente relacionada com a Sabedoria. Desde o primeiro versículo, lemos: “Amem a justiça, vocês que julgam a terra” (Sb 1,1), pois “a justiça é imortal” (Sb 1,15). O tema da justiça perpassa todo o livro: “Vestirá a justiça como couraça e usará como capacete um julgamento que não se pode subornar” (Sb 5,18); “Conhecer-te é a justiça perfeita, e reconhecer teu poder é a raiz da imortalidade” (Sb 15,3).

Ao ler os textos relacionados à justiça, constata-se que os justos, mencionados 27 vezes no livro da Sabedoria, sofrem, resistem e gritam por justiça e julgamento contra os ímpios (14 vezes), também chamados de injustos (6 vezes): “Vamos oprimir o pobre e o justo [...] Vamos submeter o justo a insultos e torturas, para sabermos de sua serenidade e avaliarmos sua resistência” (Sb 2,10.19); “Então o justo estará de pé, cheio de coragem, diante daqueles (ímpios) que o oprimiram e lhe desprezaram os esforços” (Sb 5,1).

Os judeus da diáspora alexandrina são discriminados e oprimidos pelos governantes gregos ou romanos e seus colaboradores. Em meio a essa realidade instável, o autor faz um apelo aos que detêm o poder, recordando que o poder vem de Deus e deve ser usado para promover a vida: “O governo que vocês têm nas mãos foi lhes dado pelo Senhor, e o domínio provém do Altíssimo” (Sb 6,3).

1. Situando a cidade de Alexandria e a comunidade judaica

A cidade de Alexandria, berço do livro da Sabedoria, foi fundada em 322 a.C. por Alexandre, o Grande. Já sob Ptolomeu II e III (285-221 a.C.), a cidade possuía um porto

artificial voltado para o Mediterrâneo, o que gerava grande movimento comercial e cultural. Havia aí a maior biblioteca da Antiguidade, um museu e o famoso farol, uma das sete maravilhas do mundo antigo. Alexandria, ao lado de Roma e Antioquia, era uma das três principais cidades poderosas e prósperas do mundo greco-romano.

No tempo do livro da Sabedoria, por volta do ano 30 a.C., Alexandria contava cerca de 600 mil habitantes. Dentre eles, destacava-se a comunidade judaica, com cerca de 150 mil judeus, a qual chegava a ocupar dois dos cinco bairros da cidade. É certo que essa cidade foi o centro mais importante da comunidade judaica fora da Palestina.

Historicamente, o Egito era um dos lugares preferidos pelos judeus que fugiam da fome, de conflitos, guerras e outras dificuldades. A presença de mercenários judeus que se punham a serviço dos egípcios é bem conhecida, como os da colônia estabelecida por volta de 550 a.C. em Elefantina, uma ilha do rio Nilo a cerca de 900 quilômetros ao sul do Cairo, a capital atual. No período grego (323-50 a.C.), os colonos judeus militares, com o apoio dos Ptolomeus, estabeleceram-se em vários pontos do Egito, tornando-se a mais forte concentração de judeus no mundo antigo.

Sob o governo do Segundo Ptolomeu, Filadelfo (285-246 a.C.), os judeus adquiriram quase todos os direitos referentes à cidadania. Em Alexandria, estavam organizados em uma *politeuma*, isto é, viviam dentro da cidade, desenvolvendo de forma quase autônoma suas atividades econômicas, políticas e religiosas. Com suas numerosas sinagogas, mantinham a fé e a identidade cultural do seu povo. Nesta cidade, o Antigo Testamento foi traduzido do hebraico para o grego, o que originou a Bíblia comumente conhecida como a tradução dos “Setenta” ou “Septuaginta”.

“O tema central do livro é a justiça, que está intimamente relacionada com a Sabedoria”



Na vida cotidiana, os judeus alexandrinos desempenhavam um papel muito ativo, principalmente por atuarem na manutenção da ordem por meio do exercício militar, além de serem despachantes e coletores de taxas nas atividades portuárias. Eles, porém, não podiam participar inteiramente da vida social e política da cidade grega se não abdicassem por completo de sua identidade judaica: seus costumes e cultos religiosos. Ao enfrentarem hostilidade, marginalização e até mesmo perseguição aberta por parte dos gentios, muitos judeus já não se preocupavam em preservar seus costumes e sua religião de origem.

Por volta do ano 30 a.C., Alexandria passa a ser administrada por Roma. A situação dos judeus se agrava radicalmente:

- Os destacamentos de mercenários, também judeus, perdem espaço, “emprego”, à medida que a manutenção da ordem começa a ser exercida pelas legiões romanas com a *pax romana*;

- A função de coletores de taxas também passa a ser executada pelos cidadãos gregos, excluindo os judeus do mercado;

- O governo romano impõe o imposto pessoal, chamado *laografia*, a toda a população sem cidadania plena, empobrecendo especialmente a população judaica rural e de baixa renda.

Tudo isso leva a comunidade judaica a profunda crise e à divisão interna. De um lado, um grupo de judeus alexandrinos persiste na abertura à cultura helenista a fim de buscar o direito à cidadania plena e melhor condição social, abandonando até a fé dos antepassados para assumir uma sociedade idólatra; de outro, cresce o empobrecimento e a perseguição para a maioria dos judeus por terem mantido a fé e a identidade cultural do povo judaico.

Na realidade de perda de *status* e de espaços na sociedade e de aumento da pobreza, somados ao desprezo e à hostilidade social, é que surge o livro da Sabedoria. Como reagir à discriminação e à perseguição dos “injus-

Lendo o Evangelho segundo João

Para que todos tenham vida

Pedro Lima Vasconcellos



O Evangelho de João revela que a prática de Jesus é um compromisso contínuo com a vida do povo que sofre. Este volume da coleção Lendo a Bíblia oferece orientações para compreender a beleza e a profundidade de um dos textos bíblicos mais inspiradores da Sagrada Escritura. O Evangelho segundo João aponta para a vida em abundância prometida por Jesus, revelando o projeto que ele tem para quem se compromete com o seu plano.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



tos” ou “ímpios”? Como ajudar os judeus fiéis à fé dos antepassados a manter a própria identidade e a esperança na vida?

2. Autor, destinatários

O título original desse livro na Bíblia grega é “Sabedoria de Salomão”. Conforme a tradição judaica, o rei Salomão seria o patrono da sabedoria em Israel (cf. 1Rs 3,5-15), por isso essa obra foi dedicada a ele. Na antiga tradução latina, o título é apenas “Livro da Sabedoria”, designação que, em geral, aparece nas Bíblias católicas.

O autor é desconhecido, não dá seu nome nem se apresenta no livro, mas, nas entrelinhas dos textos, podemos colher algumas informações sobre ele:

- É conhecedor da literatura bíblica e da tradição judaica. O tema da imortalidade, em Sb 1,13-15 e 2,23-24, é inspirado em Gn 1-3; a tradição sobre Salomão, em Sb 7-9, inspira-se nos textos de 1Rs 3-11 e 2Cr 1-9; a descrição da fabricação de ídolos, em Sb 13,10-19, vem de Is 44,9-20; a tradição do êxodo, em Sb 11-19, é baseada no livro do Êxodo.

- Possui domínio da língua, da filosofia e dos costumes gregos: apresenta cosmovisão prática da filosofia grega em Sb 7,17-20; faz referência, em Sb 13,1-9, à contemplação da natureza e ao culto de seres da criação, práticas presentes nos costumes gregos; menciona o alimento dos deuses na tradição grega em Sb 19,21; etc.

- Defensor da fé e da identidade cultural do povo judaico (cf. Sb 2,12; 9,1): ajuda a discernir a sabedoria de Israel como o caminho para a justiça, liberdade e vida (cf. Sb 1-5); mostra a natureza e a grandeza da sabedoria, dom de Deus (cf. Sb 6-9); exalta a ação da Sabedoria de Deus na criação e na história (cf. Sb 10-19).

É provável que o autor tenha sido um judeu conhecedor da cultura helenista (greco-ro-

mana) que vivia em Alexandria. Ele, junto com o seu povo, no Egito, vivenciou e enfrentou ameaças constantes à sua vida, fé e cultura. Dessa forma, escreveu um livro para reforçar a fé e reavivar a esperança de seus irmãos judeus, fazendo um resgate da Sabedoria de Deus manifestada na história da humanidade, especialmente do povo de Israel.

O livro é dirigido também aos gentios e aos judeus que renunciaram ou estão em via de renunciar à sua religião. Nessa obra, em contraposição ao helenismo materialista e idólatra, há a apresentação da verdadeira sabedoria, que vem de Deus como a fonte da justiça, liberdade e vida para todas/os, opondo-se à

idolatria e à injustiça (cf. Sb 13-15). Os principais alvos de crítica são os governantes gregos e romanos, para que exerçam sempre suas funções com justiça (cf. Sb 1,1-15; 6,1-11); e também os sábios gregos, para que reconheçam a superioridade da sabedoria de Israel (cf. Sb 7,15-23). Da mesma forma, ironiza e critica a *pax romana* do imperador (cf. Sb 14,22).

3. Conhecendo o livro da Sabedoria

A cultura e a sociedade helenista (greco-romana), baseadas na idolatria, são apresentadas como geradoras de injustiças. O livro aponta como alternativa a construção de sociedade que reconheça e procure o Deus da vida e a sua Sabedoria, a qual conduzirá todas as pessoas à justiça e à vida.

Sabedoria é acreditar no Deus de Israel e ser fiel à sua Lei. Ela não é adquirida por mérito humano, mas consiste num dom de Deus e conduz à justiça e à verdadeira vida. O autor reforça o papel da sabedoria divina como condutora e protetora do povo de Deus na história.

Entre as diversas propostas de estruturação do livro da Sabedoria, escolhemos o modelo que divide o texto em três partes:



a) Sb 1,1-6,21: amar a justiça e rejeitar as estruturas de morte; b) Sb 6,22-9,18: origem, natureza e meios para adquirir a Sabedoria; c) Sb 10,1-19,22: ação da Sabedoria na história.

***Primeira parte (Sb 1,1-6,21):
amar a justiça e rejeitar
as estruturas de morte***

Nesta primeira parte, há um convite para viver a justiça. O autor faz uma contraposição entre o modo de vida dos justos e o dos ímpios, os que vivem sem Deus. Os inimigos podem ser os judeus que abandonaram a Lei judaica e a tradição do seu povo.

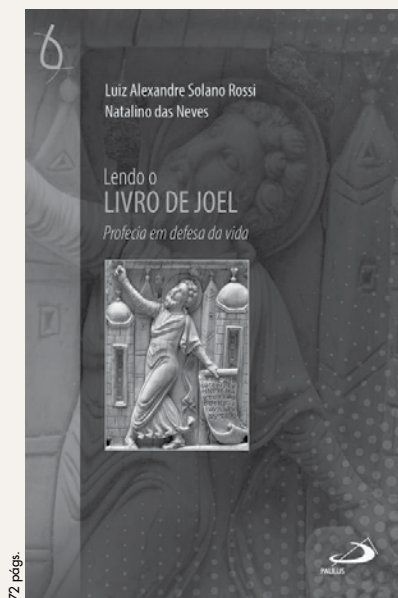
O livro inicia-se com um apelo aos governantes para amar a justiça e rejeitar as estruturas injustas, geradoras de morte (cf. Sb 1,1-15). Em seguida, há um discurso sobre a maneira de pensar e de agir dos ímpios. Conforme o pensamento do autor, eles fizeram pacto com a morte, são inescrupulosos e usam de violência para atingir seus objetivos (cf. Sb 1,16-2,24). No entanto, a vida dos justos está nas mãos de Deus e estes serão recompensados. Na contramão da teologia oficial, o livro afirma que é melhor uma vida sem filhos do que ter filhos de uniões ilegítimas, e a morte prematura pode ser graça de Deus (cf. Sb 3,1-4,19). Por fim, o autor reforça o apelo aos governantes, afirmando que o poder é dado por Deus para o serviço da justiça (cf. Sb 6,1-21). Em toda esta primeira parte, transparece o pensamento da recompensa do justo e da punição dos ímpios após a morte.

***Segunda parte (Sb 6,22-9,18): origem,
natureza e meios para adquirir a
Sabedoria***

Nesta segunda parte do livro, o sábio afirma que publicará tudo sobre a origem da Sabedoria. Para ele, “grande número de sábios é a salvação para o mundo” (Sb 6,24). O autor,

Lendo o Livro de Joel **Profecia em defesa da vida**

*Luiz Alexandre Solano Rossi
Natalino das Neves*



72 págs.

Parte integrante da coleção Lendo a Bíblia, este livro orienta na leitura e compreensão do Livro de Joel, que conta com apenas quatro capítulos. O profeta Joel traz no próprio nome uma proclamação de fé no Deus de Israel e, por isso, a certeza de que Ele fará diferença na vida do povo em desespero. Quem o conhece está mais preparado para viver e passar pela hora de crise.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



como se fosse o rei Salomão, afirma que todos os seres humanos são iguais e têm direito à Sabedoria. Ela “é um tesouro inesgotável para o ser humano” (Sb 7,14). A origem do conhecimento está em Deus (Sb 7,15-21). Depois de apresentar os atributos da Sabedoria, o autor conclui: “Ela é emanção do poder de Deus” (Sb 7,25) e “tudo governa de maneira correta” (Sb 8,1; cf. 7,22-8,1). Apresentando a Sabedoria como mulher, pela qual está apaixonado e à qual sonha unir-se, o sábio ensina os jovens que estão se afastando da tradição judaica (cf. Sb 8,2-16). Concluindo esta parte, temos uma ampliação de 1Rs 3,6-9: a oração de Salomão. O rei pede a Deus, com insistência, a obtenção da Sabedoria: caminho para a imortalidade (cf. Sb 8,17-9,18).

Terceira parte (Sb 10-19): Ação da Sabedoria na história

Destacando a libertação do justo, o autor apresenta o agir da Sabedoria na história da humanidade, desde Adão até a história de José (cf. Sb 10,1-14). Em seguida, há longa recordação da experiência do êxodo, enfatizando que os inimigos serão punidos e os justos recompensados (cf. Sb 10,15-19,22). Em meio à história do êxodo, há extenso tratado contra a idolatria nos capítulos 13-15. Assim como Deus defendeu o povo hebreu da opressão dos egípcios, ele o fará em todos os tempos (cf. Sb 19,22).

O livro da Sabedoria é convite para reconhecer a presença da Sabedoria de Deus, que conduz e protege a nossa vida. Nele encontramos forte apelo para que as pessoas, especialmente os governantes, amem a justiça e busquem a Sabedoria, entendida como fidelidade a Deus e à Lei. É a Sabedoria que age na história da humanidade, desde as origens até o momento presente, e agirá em todos os tempos e lugares.

4. Mensagens importantes do livro

O livro da Sabedoria é uma porta que nos permite entrar na comunidade de Alexandria, entender os conflitos existentes e distinguir a busca de caminhos para permanecer fiel ao projeto de Deus, vivendo a justiça em meio a uma realidade determinada pela ânsia do prazer, pela negação da tradição dos antepassados e pela acolhida da religião idolátrica dos governantes da época. Um grande desafio.

Eis alguns passos apresentados no livro para uma vivência segundo o Espírito de Deus:

Chamadas/os para viver a justiça (1,1-15). Logo na abertura, há uma síntese do projeto de

resistência, na qual o autor faz insistente convite para a comunidade judaica renovar sua fé e esperança no Espírito de Deus e na Sabedoria. É necessário “buscar o Senhor”, cujo sentido é amar e praticar a justiça. O termo “justiça”, na Bíblia, é usado para exigir o direito de cada pessoa à vida digna, sobretudo dos pobres e indigentes. Os que julgam a terra devem garantir o bem-estar do povo. A Sabedoria é o espírito ou o dom de Deus criador e educador do ser humano na prática do direito e da justiça a serviço da vida e da felicidade da humanidade e do universo. Por isso o autor insiste: “Não busquem a morte no erro da vida de vocês nem provoquem a ruína com as obras que praticam” (1,12). É a afirmação da experiência de que o erro, a ruína e a morte são provocados pela ação humana. Quem pratica a injustiça e a maldade provoca a própria morte. Deus criador propõe a vida: “pois Deus não fez a morte nem se alegra com a destruição dos seres vivos. Ele tudo criou para que exista. As criaturas do mundo são sadias, e nelas não há veneno de ruína” (1,13-14b). Na visão do autor do livro, o ímpio cria uma realidade venenosa, oposta ao projeto do Deus da vida. Esse é o projeto da morte do império e dos seus se-

“A Sabedoria é o espírito ou o dom de Deus criador e educador do ser humano na prática do direito e da justiça”



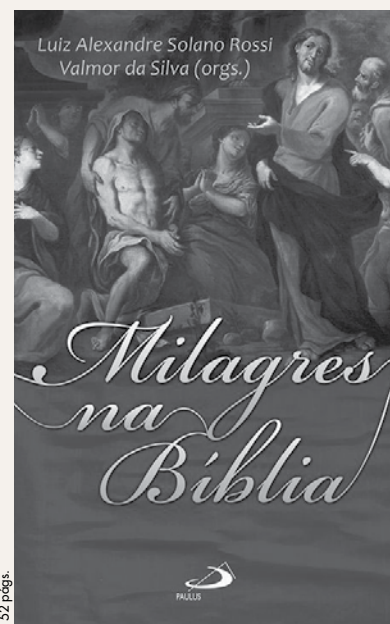
guidores! É importante perseverar na Sabedoria de Deus, acreditando que “o mundo dos mortos não reina sobre a terra. Porque a justiça é imortal” (vv. 14c-15). O convite a resistir à cultura de morte continua ecoando em nossos ouvidos.

Assumir os riscos de uma vida segundo a justiça (cf. Sb 1,16-2,20). Em uma sociedade injusta, o apelo constante é para vivermos a prática da justiça e descobrir novas formas de nos solidarizarmos com as pessoas perseguidas por causa da justiça. A opressão e a perseguição contra o justo são intensas, há pessoas sendo até eliminadas. Os argumentos dos injustos é que tudo acaba aqui: “Nossa vida é breve e triste” (2,1); “Nascemos do acaso e depois seremos como se não tivéssemos existido: o sopro de nossas narinas é fumaça, e o pensamento é uma faísca do pulsar de nossos corações. Quando ela se extingue, o corpo se transformará em cinza e o espírito se dissolverá como ar sem consistência” (2,2-3). Conforme essa mentalidade, o que cabe ao ímpio é desfrutar ao máximo os bens existentes, porque não há outra vida! A máxima é ser feliz e, se preciso for, eliminar os obstáculos a qualquer custo: “Vamos oprimir o pobre e o justo e não poupar as viúvas ou respeitar os cabelos brancos do ancião. Nossa força seja a lei da justiça, pois o fraco é inútil, não há dúvida” (2,11). Para aproveitar ao máximo a vida presente, os ímpios oprimem os fracos e o justo, até aplicando a “força” e a violência segundo a “lei do mais forte”, chamada no texto de “a lei da justiça”. Em nossa sociedade, há muitas situações de morte e de injustiça. Que cada um de nós, nas mais diversas circunstâncias, possa fazer sua parte. Sabiamente, o povo costuma repetir: “Procure acender uma vela em vez de amaldiçoar a escuridão”.

O poder dado por Deus é para o serviço da justiça (6,1-11). O autor do livro da Sabedoria, por acreditar que Deus havia preparado os governantes para governar segundo a sua

Milagres na Bíblia

Luiz Alexandre Solano Rossi
Valmor da Silva (orgs.)



Este livro é um conjunto de seis artigos que refletem sobre os milagres, tal como aparecem na Bíblia e em outros textos sagrados. O objetivo é mostrar como o assunto é tratado nesses textos, o que eles procuravam revelar, quais os possíveis significados de cada milagre, qual foi a terminologia usada e quais as informações apresentadas em cada escrito.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Sabedoria, grita pelo exercício justo do poder, segundo a vontade divina. Em conformidade com os princípios da teologia política do Antigo Testamento (cf. Pr 8,12.15-16; Dn 2,21), o autor ressalta com insistência (“escutem”, “aprendam”, “prestem atenção”): o poder vem de Deus, não da humanidade. Os reis e os governantes, como “ministros” do reino de Deus, têm por função principal o exercício do poder segundo a vontade divina: “Pois embora sejam ministros do reino dele, vocês não julgaram corretamente, não observaram a Lei e não agiram de acordo com a vontade de Deus” (6,4).

A Lei aqui deve ser entendida como a Torá, na tradição judaica, e, na tradição grega, o Pentateuco. O exercício do poder de Deus consiste em seguir o caminho da vida, no direito e na justiça. Todos serão julgados com base em suas práticas de justiça: seus atos e suas omissões. Há uma diferença, porém: o julgamento dos governantes será severo, porque o próprio Deus terá mais misericórdia com os pobres do que com os poderosos. Na tradição bíblica, Deus Javé libertador se alia aos que são explorados e marginalizados pela sociedade injusta (cf. Ex 3,7-10). Os governantes, ministros de Deus na terra, então, devem priorizar os pobres e pequenos, salvando-os da opressão e da injustiça. Com este princípio de exercício do poder, os governantes injustos serão julgados com maior rigor, de acordo com a repercussão social de sua prática injusta contra os pobres.

O ser humano fabrica ídolos para fins lucrativos (cf. Sb 15,7-19). A ambição do poder e do ter não conhece limites e usa de todos os meios, especialmente o religioso, para manipular, oprimir e manter a corrupção. Na Bíblia, há muitas críticas contra o uso da religião e de seus ídolos pelas autoridades dos Estados para promover e aumentar seus poderes e riquezas. Em Alexandria, o povo judeu resiste ao uso da

“O exercício do poder de Deus consiste em seguir o caminho da vida, no direito e na justiça”

religião para legitimar a opressão e os interesses do Estado. Os capítulos 13 a 15 do livro da Sabedoria são longo tratado contra a idolatria. Para o autor, o princípio da corrupção está nos governantes e no fato de terem inventado ídolos: “De fato, eles [os ídolos] não existiam desde o início nem existirão para sempre. Entraram no mundo pela vaidade dos seres

humanos, e por isso está decretado o rápido fim deles” (Sb 14,14).

No Egito, especialmente em Alexandria, os cultos idolátricos estavam em toda parte, incluindo a adoração dos próprios animais vivos. Os animais, no Egito antigo, eram considerados a encarna-

ção de deuses. Alguns deuses e deusas foram identificados com animais específicos. Por exemplo, o deus dos céus, Hórus, foi mostrado com a cabeça de falcão, e a deusa Sekmet com a cabeça de uma leoa feroz, por ser a deusa da guerra. O fabricante de ídolos é guiado pela ganância do lucro: “Ele considera que nossa existência é um jogo, e a vida seria algo lucrativo. Ele diz: ‘É preciso aproveitar-se de tudo, até do mal’. Realmente, mais do que todos os outros, ele sabe que está pecando, fabricando, de matéria terrena, tanto vasos frágeis como estátuas de ídolos” (Sb 15,12-13; cf. 14,2). Para o autor, os ídolos não passam de imagens que, na verdade, não têm olhos, ouvidos, boca, mãos, dedos e pés. Nem são capazes de escutar e atender as orações dos fiéis no culto, exatamente o contrário do Deus do êxodo. Temos muitos ídolos em nossa sociedade. Precisamos somar forças para denunciar e desmascarar toda e qualquer forma de idolatria que torna o ser humano insensível à situação de injustiça social. O povo, com sua sabedoria popular, continuamente repete: “Desconfia da pessoa que não fala e do cão que não ladra”.

A Sabedoria de Deus sempre acompanha o seu povo (cf. Sb 10,15-11,3). Retomando o episódio do êxodo, o autor quer ajudar seus leitores a compreender o agir de Deus no de-



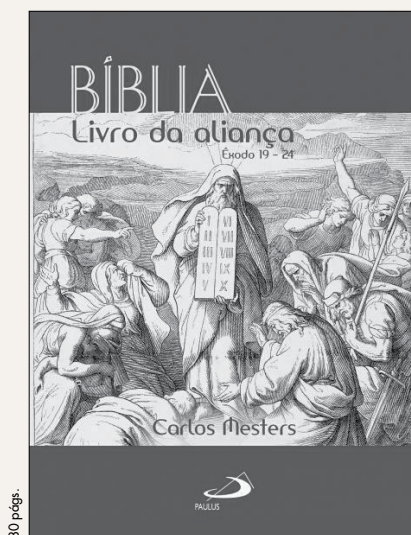
curso da história. Diferentemente do culto propagado pelo poder opressor, a fé no Deus único garante vida digna e livre da opressão. Com a administração direta dos romanos, por volta do ano 30 a.C., a situação dos judeus em Alexandria piora. A comunidade judaica perde seus privilégios econômicos e sociais. Muitos judeus, tendo em vista sua integração e sobrevivência na sociedade, abandonam as tradições dos seus pais e até mesmo a fé em Javé e assumem a cultura helenista e o culto imposto pelos dominadores. Nesse contexto, o autor do livro da Sabedoria denuncia a idolatria oficial e sua alienação e, ao mesmo tempo, anima a fé e a esperança dos judeus. Como ele está situado na cidade egípcia de Alexandria, as pragas do Egito e a saída do povo na narrativa do Êxodo são bem lembradas: como o êxodo do povo eleito de outrora, a libertação dos judeus alexandrinos do presente também acontecerá. O texto de Sb 10,15-11,3 abre extensa releitura da história do êxodo do antigo Egito com o olhar fixo no Egito do tempo do autor (cf. Sb 11,4-19,22). Ao narrar que Javé fará um novo êxodo libertador para o povo do seu tempo, o autor busca criar uma sociedade alternativa, fundada na sabedoria, na justiça, na misericórdia e na salvação de Deus: “Realmente, Senhor, em todas as coisas engrandeceste e glorificaste teu povo. Nunca deixaste de olhar por ele e de o socorrer, em todo tempo e lugar” (19,22). Como alguns judeus fiéis que resistiram até o fim, precisamos confiar que “Deus escreve certo por linhas tortas”.

Conclusão

A leitura do livro da Sabedoria é, para nós, grande desafio. O autor soube fazer uma releitura da tradição do seu povo para dar forças à comunidade judaica em seu projeto de vida. É um escrito sagrado porque nos permite entrar no dia a dia da comunidade de Alexandria, perceber suas buscas, sonhos e esperanças e, ao mesmo tempo, encontrar novas luzes para iluminar a vida de nossas comunidades. ●

Bíblia: Livro da Aliança

Carlos Mesters



80 págs.

O Livro da Aliança ocupa os capítulos 19 a 24 do livro do Êxodo. Plantada no chão da vida daquele grupo que saiu do Egito, a semente da Aliança foi lançando raízes profundas, produzindo tronco e galhos, folhas e frutos. Junto do povo, ao longo da caminhada, nasceu e cresceu a Bíblia, que até hoje ilumina e alimenta o povo no seu compromisso e dele cobra as exigências da Aliança.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Bibliografia

(Referentes aos três artigos sobre o livro da Sabedoria)

CHEON, Samuel. *The Exodus story in the Wisdom of Solomon*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

COLLINS, John J. *Between Athens and Jerusalem: Jewish identity in the Hellenistic Diaspora*. Grand Rapids: Eerdmans, 2000.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB). *Sabedoria e poesia do povo de Deus*. São Paulo: Loyola, 1993. (Tua palavra é vida, 4.)

GRABBE, Lester L. *Wisdom of Solomon*. New York: T&T Clark Study Guides, 2003.

HENGEL, Martin. *Jews, Greeks and Barbarians: aspects of the Hellenization of Judaism in the pre-Christian Period*. Philadelphia: Fortress, 1980.

HORSLEY, Richard A. *Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____; DRAPER, Jonathan A. *Whoever hears you hears me: prophets, performance, and tradition in Q*. Pennsylvania: Trinity Press International, 1999.

LÍNDEZ, José Vélchez. *Sabedoria*. São Paulo: Paulus, 1995. (Grande comentário bíblico.)

LINEBAUGH, Jonathan A. *God, grace, and righteousness in Wisdom of Solomon and Paul's letter to the Romans*. Leiden: Brill, 2013.

PEREIRA, Ney Brasil. *Livro da Sabedoria: aos governantes, sobre a justiça*. Petrópolis: Vozes, 1999. (Comentário bíblico – AT.)

SCHIFFMAN, Lawrence H. *From text to tradition: a history of Second Temple and Rabbinic Judaism*. New Jersey: Ktav, 1991.

STORNILO, Ivo. *Como ler o livro da Sabedoria*. São Paulo: Paulus, 1993. (Como ler a Bíblia.)

WILLIAMS, Margaret H. *The Jews among the Greeks & Romans: a diasporan sourcebook*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1998.

WINSTON, David. *The Wisdom of Solomon*. New York: Doubleday, 1979. (The Anchor Bible.)



80 páginas

Como ler o livro da Sabedoria

A sabedoria de Israel é o senso da justiça
Ivo Storniolo

Este volume será o seu guia durante a leitura do livro da Sabedoria! A sabedoria que leva à justiça e à vida para todos não é a da erudição, mas aquela que vem de Deus: é o que ensina o autor do livro da Sabedoria, um dos maiores livros deuterocanônicos da Bíblia. O senso que produz o discernimento de justiça é a grande contribuição que o povo de Deus do Antigo Testamento deixou para toda a humanidade.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



“Vamos oprimir o pobre e o justo”

Uma leitura do livro da Sabedoria 1,16-2,20

Centro Bíblico Verbo*

O livro da Sabedoria aplica o termo ímpio ao grupo que oprime e persegue os judeus fiéis a Javé por meio da implantação da cultura greco-romana. De forma bastante clara e concreta, são apresentados o espírito, a filosofia e a prática desse grupo.

*O Centro Bíblico Verbo está a serviço do povo de Deus, desenvolvendo uma leitura exegética comunitária, ecumênica e popular dos textos bíblicos desde 1987 e oferecendo diversos cursos sobre a Bíblia.

Introdução

O relatório preliminar do ano de 2017 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica que, naquele ano, 65 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo. Por exemplo, em Colniza, no Mato Grosso, em abril, nove posseiros e agricultores foram executados. Em Pau D'Arco, no Pará, em maio, foram assassinados dez trabalhadores rurais. Em Vilhena, Rondônia, três trabalhadores rurais foram mortos. E já em 2018, no dia 24 de janeiro, um líder do MST foi assassinado em Iramaia, na Chapada Diamantina, interior da Bahia.

Aqueles que reivindicam seus direitos continuam sendo ameaçados e eliminados. Mas isso é divulgado somente pela impren-



sa local e não chega ao conhecimento da maioria da população brasileira. O pior é que alguns insultam e caluniam as pessoas assassinadas, tachando-as de bandalheiras e insurgentes.

O Antigo Testamento também registra acusações, calúnias, perseguições e violências contra os justos. Por exemplo, o livro da Sabedoria, escrito em Alexandria por volta do ano 30 a.C., apresenta o pensamento e a ação dos ímpios (injustos) que oprimem e perseguem os justos: “Vamos oprimir o pobre e o justo e não poupar as viúvas ou respeitar os cabelos brancos do ancião. Nossa força seja a lei da justiça, pois o fraco é inútil, não há dúvida” (Sb 1,10-11).

Os ímpios usam de violência para matar os justos: “Vamos submeter o justo a insultos e torturas, para sabermos de sua serenidade e avaliarmos sua resistência. Vamos condená-lo a morte humilhante, pois, segundo suas palavras, haverá quem olhe por ele” (Sb 2,19-20). Quem são os ímpios? Diante da realidade sofrida do Brasil, na qual muitos “justos” continuam sendo brutalmente assassinados, podemos nos perguntar: qual o pensamento e a ação do ímpio de ontem e de hoje?

1. O ímpio, o justo e o pobre

Na literatura sapiencial, o termo ímpio ocorre com maior frequência e aparece em oposição ao justo e ao pobre:

– “O ímpio faz intriga contra o justo, e contra ele range os dentes. [...] Os ímpios desembainham a espada, preparam o arco para fazer cair o pobre e o indigente, para assassinar o homem reto em seu caminho” (Sl 37,12-13);

– “Os ímpios diziam a Deus: ‘Afasta-te de nós. O que poderia fazer-nos Shadai?’ Mas Deus tinha enchido a casa deles de bens. Que o conselho dos ímpios se afaste de mim. Os

justos verão e se alegrarão, o inocente zombará deles” (Jó 22,17-19);

– “O caminho dos justos brilha como a aurora, e sua luz vai ficando mais forte até o nascer do dia. O caminho dos ímpios é escuro. Eles não sabem no que irão tropeçar” (Pr 4,18-19).

Nesses provérbios, o ímpio está em oposição ao justo e ao pobre e os explora e oprime. Ele pratica o mal e está longe de Deus: “O orgulho do ímpio se acende contra o humilhado. Mas que sejam apanhados nas intrigas que planejaram. Por que o ímpio se orgulha da ambição de sua alma, e o homem ambicioso blasfema contra Javé? O ímpio é arrogante de rosto e incapaz de refletir: Deus não existe! Tudo não passa de devaneios” (Sl 10,2-4).

Na realidade, apesar de viver longe de Deus, o projeto do ímpio vai bem e ele vive melhor do que os outros. Ele mesmo declara: “Jamais vacilarei. De geração em geração, nunca sofrerei calamidade” (Sl 10,6). Pratica tranquilamente a falsidade e a perversidade contra o justo e o pobre: “Eis que sua boca está cheia de enganos e fraudes, sua língua esconde maldade e opressão. Ele fica de tocaia no curral, em lugares secretos, para matar o inocente” (Sl 10,7-8).

Diante dessa realidade, o justo e o pobre têm até inveja: “Quanto a mim, por pouco meus pés tropeçavam, quase dei um passo em falso, porque senti inveja dos arrogantes, vendo a prosperidade dos ímpios. Pois para eles não existem sofrimentos, até ao morrer seus corpos são robustos e sadios. A fadiga dos mortais não os atinge, nem conhecem a aflição dos outros homens. Por isso seu colar é o orgulho, e se cobrem com as vestes da violência” (Sl 73,2-6; cf. Jó 21,1-13).

Há um fato, porém: “O salário do justo conduz para a vida, mas o ganho do ímpio leva ao pecado” (Pr 10,16); “É boa a riqueza

“Aqueles que reivindicam seus direitos continuam sendo ameaçados e eliminados”

em que não há pecado; mas, na opinião do ímpio, a pobreza é má” (Eccl 13,24). A injustiça social, a violência e o ganho ilícito da riqueza, praticados pelos ímpios, tanto no campo como na cidade, são testemunhados pelos livros proféticos e sapienciais.

No livro de Jó, por exemplo, lemos: “Os ímpios mudam os marcos das divisas, roubam os rebanhos e os levam a pastar. Levam embora o jumento que pertence ao órfão e penhoram o boi que é da viúva. Eles desviam os indigentes para fora do caminho, e todos os pobres da terra têm de se esconder. Como asnos selvagens no deserto, eles saem para o trabalho; desde o amanhecer vão em busca de alimento, e a estepe dá pão para seus filhos. Fazem a colheita no campo e recolhem as sobras na vinha do ímpio” (Jó 24,2-6). É a dura realidade de injustiça social e violência no campo e na cidade!

É nesse contexto que se entende a insistência da literatura sapiencial: Deus premia o justo e julga e castiga o ímpio! Essa forma de pensar está em continuidade com a tradição profética do “dia de Javé” (Am 5,18):

– “Veja: Deus é poderoso e não despreza o poder do coração. Ele não deixa o ímpio viver e faz justiça aos pobres. Ele não tira seus olhos dos justos, mas os faz sentar para sempre no trono dos reis, e são exaltados” (Jó 36,5-7);

– “Tesouros injustos não trazem proveito, mas a justiça livra da morte. Javé não deixa o justo passar fome, mas reprime a ambição dos ímpios” (Pr 10,2-3);

– “Vi o ímpio triunfante espalhar-se como árvore nativa e frondosa. Mas passou, e eis que já não existe; procurei-o, e não mais o encontrei. Observe o íntegro, veja o homem direito, porque existe uma descendência para o homem pacífico. Quanto aos culpados, serão destruídos todos juntos, e a descendência dos ímpios será cortada” (Sl 37,35-38);

– “Humilhe-se profundamente, porque o castigo do ímpio é fogo e vermes”; “Não se ale-

Bíblia: comunicação de Deus em linguagem humana

Luiz Alexandre Solano Rossi
Luiz José Dietrich



O livro revela a importância de nos aproximarmos da Bíblia de forma consciente, adotando um método de leitura e um critério de interpretação que levem em conta a época em que os textos sagrados foram escritos, as circunstâncias históricas e sociais, a linguagem e os autores, as funções de cada livro e seus gêneros literários. O objetivo é levar o leitor a descobrir a verdadeira Palavra de Deus, que veicula amor, compreensão e igualdade, tornando as pessoas e comunidades melhores e mais humanas.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



gre com a felicidade dos ímpios. Lembre-se de que eles não ficarão impunes antes de chegarem à morada dos mortos”; “O próprio Altíssimo detesta os pecadores e inflige aos ímpios o castigo merecido” (Eclo 7,17; 9,12; 12,6).

Tudo isso está muito presente no livro da Sabedoria, escrito em Alexandria, no Egito, importante centro do judaísmo helenístico. O tema do ímpio (injusto) contra o justo e o pobre já aparece no primeiro discurso dos ímpios (cf. Sb 1,16-2,20): “Vamos oprimir o pobre e o justo e não poupar as viúvas ou respeitar os cabelos brancos do ancião. Nossa força seja a lei da justiça, pois o fraco é inútil, não há dúvida” (Sb 2,10-11).

A opressão e a perseguição do ímpio contra o justo são tão grandes, que provocam a morte prematura deste: “O justo, porém, ainda que morra cedo, terá descanso” (Sb 4,7). O autor do livro, porém, afirma que a morte prematura do justo não é desejada por Deus (cf. Sb 4,10-11), mas é causada pela perseguição, tortura e violência aplicadas pelos ímpios (cf. Sb 2,10-20).

E a morte prematura do justo torna-se até julgamento condenatório dos injustos: “O justo que morre condena os ímpios que vivem, e a juventude que logo se aperfeiçoou condena a velhice do injusto. Os injustos verão o fim do sábio e não entenderão o que o Senhor queria dele nem por que o deixou na segurança. Verão e desprezarão, mas o Senhor rirá deles. E, depois disso, serão para sempre cadáveres desonrados e infâmia entre os mortos, porque Deus os derrubará de cabeça para baixo, sem que possam dizer palavra alguma, e serão arrancados de seus alicerces” (Sb 4,16-19). O dito sapiencial se repete: Deus premia o justo e julga e castiga o ímpio (cf. Sb 4,20-5,23).

Quem são os ímpios do livro da Sabedoria? O autor não fornece informação concreta

para identificar esses ímpios. Podem ser os governantes gregos? Os romanos? Os egípcios? Os judeus apóstatas? Relendo, contudo, os livros escritos no período grego, sobretudo no tempo mais próximo ao livro da Sabedoria, pode-se verificar o uso do termo “ímpio” para se referir àquele que promove a implantação da cultura greco-romana – o helenismo (cf. 1Mc 3,8.16; 7,5; 2Mc 4,13; 8,2; 10,10).

O livro da Sabedoria também aplica o termo ao grupo que oprime e persegue os judeus fiéis a Javé por meio da implantação da cultura greco-romana. De forma bastante clara e concreta, são apresentados o espírito, a filosofia e a prática desse grupo em Sb 1,16-2,20. É o ímpio que explora e oprime os pobres e os justos para viver no ócio e no prazer.

2. Busca desenfreada de bens, poder, prazer e honra

O primeiro discurso dos ímpios (cf. Sb 1,16-2,20) se abre com uma frase introdutória e, ao mesmo tempo, temática: “Os ímpios, porém, com ações e palavras, invocam a morte. Julgaram que ela seria amiga e, tendo feito aliança com ela, a desejaram intensamente. São mesmo dignos de lhe pertencer” (Sb 1,16). Os ímpios são apresentados como aqueles que fazem pacto com a morte (cf. Is 28,15). Suas palavras e ações promovem a perseguição, destruição e morte dos justos e dos pobres, que são “amigos” de Deus, o qual “não fez a morte nem se alegra com a destruição dos seres vivos” (Sb 1,13).

O amigo da morte *versus* o amigo de Deus. No discurso, o tema do conflito ímpios (injustos) *versus* justos já está bem presente no pensamento e na prática do dia a dia. Com o julgamento condenatório do autor (“Pensando de forma incorreta”), o discurso apresenta o pensamento “incorreto” do ímpio, influenciado pelas correntes da filosofia grega: “Nossa vida é breve e triste” (Sb 2,1).

**“A morte
prematura do
justo torna-se
até julgamento
condenatório
dos injustos”**



Não há esperança na vida futura. Por quê? Simplesmente porque os ímpios acreditam não existir vida após a morte!

Prova disso é que anunciam: “nada se sabe de alguém que tenha voltado do mundo dos mortos” (Sb 2,1) ou: “Nosso tempo é a passagem de uma sombra, e não há retorno após nossa morte, porque o tempo estará selado e ninguém retornará” (Sb 2,5). É afirmação contrária à fé do justo: “Deus há de resgatar da morada dos mortos a minha vida” (Sl 49,16); “O rei do mundo nos fará ressuscitar para uma ressurreição eterna de vida” (2Mc 7,9). Uma das principais diferenças entre o ímpio e o justo centra-se na perspectiva sobre a vida após a morte.

Para reforçar seu argumento (“vida triste e breve”), os ímpios discorrem sobre a casualidade da vida: “Porque nascemos do acaso e depois seremos como se não tivéssemos existido: o sopro de nossas narinas é fumaça, e o pensamento é uma faísca do pulsar de nossos corações. Quando ela se extingue, o corpo se transformará em cinza e o espírito se dissolverá como ar sem consistência” (Sb 2,2-3). “Fumaça”, “faísca”, “cinza”, “ar sem consistência”... A vida é passageira!

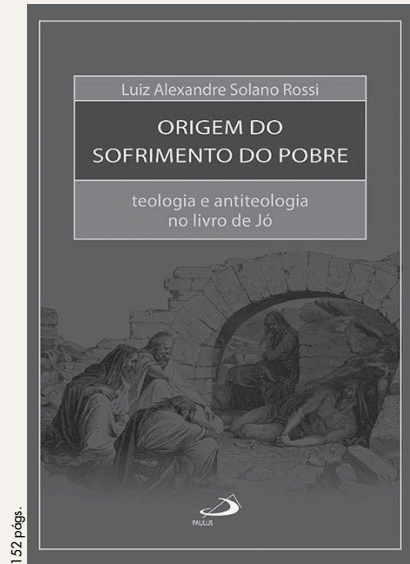
O argumento dos ímpios atinge até a memória da vida humana: “com o tempo, nosso nome será esquecido e ninguém se recordará de nossas obras. Nossa vida desaparecerá como nuvem passageira, e se dissipará como neblina expulsa pelos raios do sol e dissolvida por seu calor” (Sb 2,4). O nome da pessoa representa sua lembrança, existência, história: nascimento, família, trabalho, laços, fraternidade, justiça etc. A vida é “breve, triste” e fugaz, passa depressa como também a sua memória.

Essa concepção sobre a casualidade e fugacidade da vida faz aumentar ainda mais o conflito entre o ímpio e o justo, que acredita que o universo é criatura de Deus e o contempla como tal. No universo, a humanidade, feita à imagem e semelhança do Criador,

Origem do sofrimento do pobre

Teologia e antiteologia no Livro de Jó

Luiz Alexandre Solano Rossi



152 págs.

A humanidade está vivendo uma de suas maiores crises: o aumento da polarização entre ricos e pobres. Nesta obra, Luiz Alexandre Solano Rossi se debruça sobre o problema, interligando o Livro de Jó e a análise do sistema econômico vigente, que produz injustiça, miséria e desigualdade social.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



deve trabalhar, governar e desfrutar da vida plena com fraternidade e justiça (cf. Gn 1-3). A vida tem sentido, memória e história! Não é “acaso”. Se não pensar assim, o que fazer na vida?

Após ter apresentado sua visão sobre a vida “breve e triste”, os ímpios declaram: “Vamos então desfrutar dos bens existentes e usar das criaturas com ardor juvenil. Vamos embriagar-nos com o melhor vinho e com perfumes e não deixar que passe a flor da primavera. Vamos coroar-nos com botões de rosa, antes que murchem. Ninguém de nós fique fora de nossas orgias. Vamos deixar em toda parte sinais de alegria, porque este é o nosso destino e a nossa parte” (Sb 2,6-9). “Criaturas com ardor juvenil”, “o melhor vinho e perfume”, “a flor da primavera”, “orgias”... Aproveitar ao máximo os bens existentes, porque não há outra vida!

Os sábios do livro de Eclesiastes também concordam com o viver intensamente a vida: “Vá, coma seu pão com alegria e beba contente seu vinho, porque Deus já aceitou suas obras. Use sempre roupas brancas e nunca falte o perfume em sua cabeça. Desfrute a vida com a mulher que você ama, enquanto durar essa sua vida de ilusão” (Ecl 9,7-9a). Comer, beber, vestir, amar, alegrar-se... São atividades básicas de todo ser humano que devem ser desfrutadas e festejadas. Aproveite a vida para a felicidade.

No entanto há uma observação: “Porque essa é a sua porção na vida e no trabalho com que você se cansa debaixo do sol” (Ecl 9,9b). Trabalhar e usufruir! O trabalho é necessário para viver bem. Todo o mundo deve usufruir do fruto do seu trabalho para a felicidade. Deve usufruir de “sua” porção, e não da porção de outros: “Se Deus concede a um homem riqueza e bens e a capacidade de comer deles, de receber sua porção e de desfrutar os seus trabalhos, isso é um dom de Deus” (Ecl

5,18; cf. Ecl 2,24; 3,12-13). Isso elimina qualquer ideia de acúmulo, exploração e opressão para criar uma situação injusta. O livro de Eclesiastes recomenda ainda a solidariedade e união do povo no trabalho em busca da felicidade (cf. Ecl 4,9-12).

Ao contrário, os ímpios insistem em “nosso destino e nossa porção”. Nela, não entra o justo, não entra o pobre, não entram as

viúvas, não entra o ancião, como também não entra o Deus dos pobres: “Vamos oprimir o pobre e o justo e não poupar as viúvas ou respeitar os cabelos brancos do ancião. Nossa força seja a lei da justiça, pois o fraco é inútil, não há dúvida” (Sb 2,11). Para

aproveitar ao máximo a vida presente, os ímpios oprimem os fracos e o justo, aplicando até mesmo a “força” e a violência segundo a “lei do mais forte”, chamada no texto de “a lei da justiça”.

Qual é o motivo da opressão contra os fracos? A resposta dos ímpios resume-se a uma palavra: inútil. No cerne da espiritualidade do helenismo, impulsionado pelos governantes e poderosos no mundo greco-romano, está a busca desenfreada de bens, poder, prazer e honra! Quem não produz bens materiais é considerado “inútil”, até impede os ímpios de aproveitar ao máximo a existência. “A lei da justiça” dos ímpios é contrária à lei da vida, é perseguir e eliminar os fracos. É a lei do mais forte!

Ou seja, a justiça dos ímpios consiste em “aproveitar” os bens materiais com “orgia” sem limites, eliminando os obstáculos – “os fracos e justos” –, fazendo “aliança com a morte”. Opostamente, na cosmovisão dos judeus justos, é por meio da justiça que Deus manifesta sua vontade de promover a vida, sobretudo a dos fracos. Ele é o Deus da vida! Com ele, o justo faz aliança para defender os fracos!

Os ímpios mesmos confirmam isso, deixando bem claro que o justo deve ser perse-

**“Para aproveitar
ao máximo a
vida presente, os
ímpios oprimem
os fracos
e o justo”**

guido: “Vamos preparar ciladas para o justo, pois ele nos incomoda e se opõe a nossas ações. Censura nossas transgressões contra a Lei e denuncia nossas faltas contra a educação que recebemos. Ele proclama ter conhecimento de Deus e afirma ser filho do Senhor” (Sb 2,13). Fazendo aliança com o Deus da vida na “educação” da tradição judaica, o justo censura e critica as injustiças praticadas contra os fracos, à semelhança dos profetas no passado: “Escutem bem, chefes de Jacó, governantes da casa de Israel! Por acaso, não é obrigação de vocês conhecer o direito? Inimigos do bem e amantes do mal, vocês arrancam a pele das pessoas e a carne de seus ossos” (Mq 3,1-2). Os ímpios, amigos da morte e amantes do mal (cf. Sb 1,16), são criticados pelo “filho do Senhor”, que invoca Deus como “Senhor, pai” (cf. Eclo 23,1-3). Eles não suportam aqueles “filhos de Deus” que praticam a justiça para libertar a todos para a vida.

Os ímpios continuam manifestando seus sentimentos de reprovação e hostilidade contra o justo: “Tornou-se uma reprovação para nossas intenções. Vê-lo é desagradável para nós, porque a vida dele é diferente da vida dos outros, e seus caminhos são contrários. Somos considerados por ele como coisa falsa; ele se afasta de nossos caminhos como de impurezas; declara que o destino dos justos é feliz e se alegra em ter Deus como pai” (Sb 2,14-16). Os justos têm “caminhos contrários”, consideram os ímpios como “coisa falsa” e “impurezas”.

Mais uma vez, a que o pensamento dos ímpios se refere ao falar em “nossas intenções”? A aproveitar ao máximo a vida presente, eliminando os “obstáculos”. É o caminho contrário da tradição judaica do justo, filho do Senhor: “Senhor, pai e Deus da minha vida, não deixes que meu olhar seja arrogante. Afasta de mim os maus desejos. Que a sensualidade e a luxúria não me dominem. Não me entregues ao desejo vergonhoso” (Eclo 23,4-6). São orientações opostas à busca desenfreada dos ímpios por bens, prazer, poder...

A origem de Javé O Deus de Israel e seu nome

Thomas Römer



À luz da crítica histórica, filológica e exegética e das mais recentes descobertas da arqueologia e da epigrafia, Thomas Römer mergulha em uma pesquisa rigorosa e apaixonante sobre os traços de uma divindade da tempestade e da guerra erigida, depois da “vitória” sobre suas rivais, em Deus único, universal e transcendente.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Finalmente, os ímpios, como tiranos de ontem e de hoje, partem para a tortura e a morte do justo, a fim de executar a eliminação decisiva: “Vejam se as palavras dele são verdadeiras, vamos verificar como será o seu fim. [...] Vamos submetê-lo a insultos e torturas, para sabermos de sua serenidade e avaliarmos sua resistência. Vamos condená-lo a morte humilhante, pois, segundo suas palavras, haverá quem olhe por ele” (Sb 2,17.19-20).

“Insultos”, “torturas”, “morte humilhante” para tantos mártires. São atos perversos que se repetem ao longo da história. Assim aconteceu com Jesus de Nazaré e com seguidoras e seguidores seus de ontem e de hoje. Quantos agricultores e sindicalistas que lutaram por um pedaço de terra foram imolados aqui no Brasil? Quantos serão no futuro? A sociedade baseada na intolerância, na injustiça e no mal não suporta a existência de “justos” que a critiquem e resistam. Os ímpios contra os justos!

Na releitura da comunidade lucana, Jesus é chamado de “justo”: “Vendo o que tinha acontecido, o centurião glorificou a Deus, dizendo: ‘Realmente, este homem é justo’” (Lc 23,47). Quem é Jesus “justo”? Por que ele foi brutalmente assassinado? Em que consistiam seu pensamento e sua ação, que criticavam e incomodavam os ímpios do seu tempo? Qual a sua sabedoria – o caminho da justiça e da vida? É o caminho de seus seguidores e seguidoras de hoje...

3. “Que sabedoria é essa que lhe foi dada?”

Quando chegou o sábado, começou a ensinar na sinagoga. Muitos ouvintes ficavam admirados, dizendo: “De onde lhe vem tudo isso? E que sabedoria é essa que lhe foi dada? [...] Este não é o carpinteiro, o filho de Maria e irmão de Tiago,

Joset, Judas e Simão? E suas irmãs não vivem aqui entre nós?” E se escandalizavam por causa dele (Mc 6,2-3).

Os ouvintes, que conheciam Jesus, porque ele era um do seu povo, escandalizaram-se por causa dele. Não compreendiam como alguém de origem tão humilde, que não frequentou a escola dos rabinos (cf. Jo 7,14-18),

pudesse falar como ele falava. Pensavam que a sabedoria só podia ser produzida e transmitida por “sábios, entendidos e letrados”, pessoas estudadas e “cultas”, com muitos conhecimentos e técnicas. Então, de onde vem a sabedoria de Jesus? “De onde lhe vem tudo isso?”

A resposta está no próprio dito sapiencial de Jesus: “Nessa mesma hora, Jesus exultou de alegria no Espírito Santo e disse: ‘Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado’” (Lc 10,21).

Jesus de Nazaré viveu no meio dos “pequenos” do povo da Galileia, que lutavam pela vida. Nas rodas dos familiares e dos amigos, havia o costume de partilhar a experiência do dia a dia em favor da vida em meio à realidade dura e sofrida. Partilhava-se e transmitia-se a sabedoria acumulada ao longo da história do camponês israelita: as “leis” que regem a natureza e a vida. A sabedoria a serviço da sobrevivência!

No tempo de Jesus, com a implantação sistemática da helenização, agravou-se a realidade dos camponeses. Os romanos nomearam os idumeus, inimigos dos judeus, para reger a Palestina: Herodes Magno e seus filhos (Arquelau, Antipas e Filipe), cujos reinados foram marcados pela exploração, tirania e brutalidade, espalhando pobreza, doença e desespero no meio do povo: “Ao cair da tarde, quando o sol se pôs, levaram a Jesus to-

dos os que estavam doentes e os endemoni-
nhados” (Mc 1,32).

Os reis herodianos promoveram a ostenta-
ção do luxo, segundo o estilo greco-romano,
construindo palácios em cidades como Cesa-
reia, Séforis, Tiberiades, Jodéfá etc. Aumenta-
ram os tributos, assim como intensificaram a
exploração, a opressão e a violência contra os
camponeses, que constituíam cerca de 95% ou
mais da população da Palestina. Era comum
presenciar famílias inteiras sendo vendidas
como escravos por causa de dívidas: “Quando
Jesus desceu da barca, viu uma grande multi-
dão e se encheu de compaixão, porque eram
como ovelhas sem pastor” (Mc 6,34).

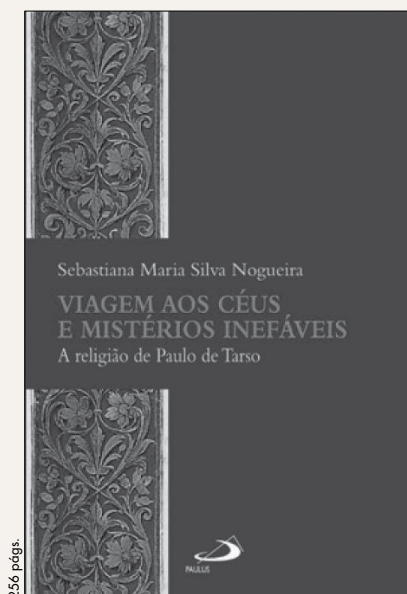
É nesse caldeirão de sofrimento, de luta
pela sobrevivência e de grito dos camponeses
por justiça que o movimento de Jesus nas-
ceu, cresceu e anunciou os ditos sapienciais
de exortação e orientação. A “bem-aventu-
rança” é um deles: “Elevando os olhos para
seus discípulos, Jesus dizia: ‘Felizes vocês, os
pobres, porque de vocês é o Reino de Deus.
Felizes vocês, que agora têm fome, porque
serão saciados. Felizes vocês, que agora chor-
ram, porque hão de sorrir’” (Lc 6,20-21).

A bem-aventurança dos pobres (cf. Mt
5,1-12) – que não significa a exaltação de sua
condição precária e sofrida, mas sua liberta-
ção – está inserida no Evangelho Q, também
chamado de “Evangelho da Galileia”, um
conjunto de materiais comuns a Lucas e Ma-
teus e ausentes em Marcos. Possivelmente, é
um evangelho composto durante a década de
40 d.C., na região ao redor do lago de Gene-
saré ou da Galileia. As pequenas cidades des-
sa região, como Cafarnaum, Betsaida e Cora-
zin, são mencionadas nesse evangelho.

Os temas predominantes do Evangelho
Q são o julgamento escatológico (sobre o
“Reino de Deus” e o “Filho do homem”) e a
instrução ética para a vida cotidiana, bem
presente na tradição sapiencial judaica. Eram
instruções sapienciais e exortações decorren-
tes das preocupações e angústias cotidianas

Viagem aos céus e mistérios inefáveis **A religião de Paulo de Tarso**

Sebastiana Maria Silva Nogueira



Este livro de Sebastiana Nogueira apresenta uma abordagem interdisciplinar, com as vantagens e os riscos que esta decisão implica. Trata-se de uma detalhada exegese de um dos textos paulinos que maior dificuldade traz ao intérprete: o relato de 2 Coríntios 12 sobre um homem que, no corpo ou fora dele, subiu ao terceiro céu e ouviu palavras inefáveis.

Imagens meramente ilustrativas.

**Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625**

**VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br**



dos pobres camponeses da Galileia sob o domínio do império romano.

Seguindo a tradição judaica presente nos Salmos 22, 31, 73 etc., a bem-aventurança, por exemplo, é uma instrução e exortação sapiencial: Deus está ao lado dos pobres, aflitos e famintos, e o Reino de Deus é deles. Os ditos sapienciais do Evangelho Q, assim, teriam surgido da realidade sofrida do povo das margens do mar da Galileia. Além das críticas contra a sociedade escravagista do império, eles apresentavam as possíveis orientações sapienciais para construir uma sociedade fraterna e solidária, o Reino de Deus:

Mas eu digo a vocês, que estão me escutando: amem seus inimigos, façam o bem a quem odeia vocês. Falem bem de quem fala mal de vocês. Rezem por aqueles que os caluniam. Quando alguém lhe bater numa face, ofereça também a outra. Se alguém tirar de você o manto, deixe que leve também a túnica. Dê a todo aquele que lhe pedir, e se alguém pegar o que é seu, não peça de volta. Tratem as pessoas como vocês gostariam que elas tratassem vocês (Lc 6,27-31).

“Amem seus inimigos” é orientação que se opõe diretamente ao princípio das autoridades da época: “olho por olho, dente por dente”. Rompe o círculo vicioso (espiral) da violência e vingança que provoca, justifica e alimenta segregação, extorsão, exploração, guerra etc. Quebra a sucessão de confrontos entre vencedores e vencidos. Assim, o amor aos inimigos é resistência e crítica contra a sabedoria dos grandes e, ao mesmo tempo, exige da vida dos camponeses sofridos a convivência fraterna e solidária, baseada na misericórdia e no perdão.

“Pai, santificado seja teu nome; venha teu Reino; o pão nosso cotidiano dá-nos a cada

dia; perdoa-nos os nossos pecados, pois nós também perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixes cair na tentação” (Lc 10,2-4).

O amor ao próximo não é uma ideia nem mero discurso: é um modo concreto de viver a gratuidade e a partilha. Na realidade dos camponeses, uma das causas de endividamento é o empréstimo com juros abusivos, sobretudo para o pagamento de impostos. Ao

contrário da economia de ganho, o dito sapiencial de Jesus propõe a economia da partilha e da solidariedade (cf. Lc 11,2-4).

“Nenhum servo pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará

um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Lc 16,13). O dito “servir ao dinheiro” reflete a realidade sofrida do povo da Palestina, sob domínio da política de heilenização promovida pelo império, a qual se caracterizava pela busca desenfreada de bens, poder, prazer e honra e se traduzia em aumento de latifúndios e no desenvolvimento das cidades prósperas (Decápolis), beneficiando a elite privilegiada com “dinheiro” (riqueza acumulada) originado da injustiça (fruto do tributo e do comércio abusivo). “Servir a Deus”, portanto, representa a luta pela partilha dos bens e da terra. No mundo do mercado global da atualidade, os seguidores da idolatria do dinheiro continuam gerando a morte pela fome e pela guerra.

“Grandes multidões acompanhavam Jesus. Ele se voltou e lhes disse: ‘Quem vem a mim e não deixa em segundo plano seu próprio pai e mãe, mulher, filhos, irmãos, irmãs e até sua própria vida, não pode ser meu discípulo. Quem não carrega sua própria cruz e não vem após mim, não pode ser meu discípulo’” (Lc 14,25-27). O trecho “não deixa em segundo plano seu próprio pai e mãe...”, ou, em outra tradução, “não odeia seu próprio pai e mãe...”, provoca, no mínimo, uma estranheza. Mas, levando em consideração a

“Servir a Deus representa a luta pela partilha dos bens e da terra”

realidade da Palestina no tempo de Jesus, onde uma multidão endividada, sem terra e sem casa, perambula sem rumo (cf. Lc 6,17-19; Mc 3,7-12), esse dito sapiencial desperta no povo sofrido a capacidade de enfrentar por si os problemas de abandono, isolamento, violência, fome e doença. Na prática, o movimento de Jesus propõe a formação de nova família e novo lar, baseados na acolhida, na partilha e na solidariedade: “Eis minha mãe e meus irmãos. Pois quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe” (Mc 3,34b-35).

“Observem os lírios, como crescem. Não fiam nem tecem. E eu lhes digo: nem Salomão, com todo o seu esplendor, jamais se vestiu como um deles. Ora, se Deus assim veste a erva do campo, que hoje existe e amanhã é jogada no forno, quanto mais não fará por vocês, tão fracos na fé” (Lc 12,27-28). A fé no Deus criador implica um modo novo de viver a gratuidade e a partilha. A preocupação excessiva com os bens materiais, como no caso do império e dos herodianos, coloca o ser humano até no lugar de Deus, explorando os outros. É preciso agir e viver a existência humana segundo os valores do Reino de Deus: justiça, comunhão e fraternidade (cf. Lc 12,30-32).

Amar os inimigos, perdoar aos devedores, não servir ao dinheiro, deixar o pai e mãe em segundo lugar, ter fé em Deus, tudo isso promove os marginalizados e excluídos da sociedade e lhes devolve a vida. São ditos sapienciais que apontam o caminho para o povo sobreviver e defender a vida, construindo o Reino de Deus no cotidiano: “Com que eu poderia comparar o Reino de Deus? É como o fermento que uma mulher pegou e misturou em três medidas de farinha, até tudo ficar fermentado” (Lc 13,20-21).

Uma palavra final

O que se pode dizer acerca da construção do reino da vida em nossa realidade de hoje, na qual os ímpios, com seus “pensamentos

O Antigo Testamento explicado aos que conhecem pouco ou nada a respeito dele

Jean-Louis Ska



A obra propõe a leitura de textos do Antigo Testamento, destacando a importância da familiaridade com a linguagem, a cultura e a mentalidade das pessoas daquela época. O objetivo do estudo é responder a algumas questões: o que é o Antigo Testamento? Quem escreveu os livros da Bíblia? Quem fez a escolha deles e segundo quais critérios? Por que alguns livros ficaram de fora? Qual a ordem cronológica em que foram compostos?

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



perversos”, continuam provocando exploração, destruição e morte? No Brasil, em cinco anos, ocorreram ao menos 194 eliminações de políticos e ativistas sociais, em decorrência de sua defesa da justiça e da vida. Por exemplo, o assassinato brutal da vereadora Marielle Franco, ativista dos direitos humanos, no dia 14 de março deste ano, no Rio, ficará registrado na história como retrato da ação contínua dos “ímpios” contra os “justos”.

Pela leitura da Bíblia, detendo-nos especialmente na busca dos sábios, como o

autor do livro da Sabedoria, podemos perceber que a justiça é o caminho da sabedoria e da vida. A solução é abrir-nos a Deus e aos outros, lutando pela justiça para libertar a todos para a vida: “Deus não fez a morte nem se alegra com a destruição dos seres vivos. Ele tudo criou para que exista. O mundo dos mortos não reina sobre a terra. Porque a justiça é imortal” (Sb 1,13-15). “Nunca é tarde demais para se converter, mas é urgente, é agora! Começemos hoje!” (papa Francisco). ●



***Gaudete et exsultate:* sobre o chamado à santidade no mundo atual**

Exortação apostólica do Papa Francisco

Quais os desafios do mundo de hoje para aqueles que buscam viver em santidade? Na mais recente exortação apostólica do Papa Francisco, você encontrará orientações para atender a um chamado que Deus faz a todos nós: o chamado à santidade. Não tenhamos medo de ser santos. Alegrai-vos e exultai!

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



“Nenhum ser humano pode modelar um Deus”

Uma leitura de Sb 15,7-19

Shigeyuki Nakanose*

Na sociedade atual, há muitos ídolos que geram a morte das pessoas. O mercado valoriza quem produz lucro. Vivemos em uma sociedade que fabrica ídolos para manter seus interesses de poder, para manipular, explorar e oprimir o povo. Entre setembro de 2016 e setembro de 2017, 82% de toda a riqueza mundial ficou nas mãos de 1% da população, enquanto a metade mais pobre, cerca de 3,7 bilhões de pessoas, não foi beneficiada com nenhum aumento.

Introdução

No Brasil, o número de bilionários também cresceu, passando de 31 para 43. Hoje, cinco bilionários brasileiros têm patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população do país. Ao mesmo tempo, no mundo existem 815 milhões de subnutridos, o que significa que uma em cada seis pessoas não tem alimentação suficiente para ser saudável e manter uma vida ativa. E, em cada seis segundos, uma criança morre por causa da fome ou de doenças a ela relacionadas.

*Shigeyuki Nakanose, svd, é religioso verbita. Assessor do Centro Bíblico Verbo, leciona no Itesp (São Paulo). E-mail: shigenakanose@ig.com.br



No Egito, os governantes e os poderosos promoviam a religião oficial. Fabricavam ídolos e incentivavam seus cultos para fins lucrativos (Sb 15,12), alienando, explorando e escravizando o povo. Por isso, o autor do livro da Sabedoria, escrito, no final do século I a.C., na colônia judaica de Alexandria, no Egito, condena o culto aos ídolos, ou seja, a religião dos governantes: “Nenhum ser humano pode modelar um deus que lhe seja semelhante” (Sb 15,16b). Quais são as consequências de adorar ídolos? De que forma a nossa fé no Deus da vida nos ajuda a rejeitar os ídolos que a sociedade atual nos impõe?

1. Fabricantes de ídolos para fins lucrativos na história de Israel

O historiador deuteronomista descreve a obra do rei Josias: “Josias eliminou também os que evocam os mortos, os adivinhos, os deuses domésticos, os ídolos e todas as abominações que se viam na terra de Judá e em Jerusalém, para cumprir as palavras da Lei escritas no livro que o sacerdote Helcias encontrou na Casa de Javé” (2Rs 23,24; cf. 2Cr 34,7).

Por volta do ano 620 a.C., o rei Josias executou uma reforma nacionalista e expansionista para fortalecer e aumentar a riqueza e o poder (cf. 2Rs 22-23). O principal programa era consolidar o templo de Jerusalém como único local de culto em todo o Israel, colocando Javé como a divindade oficial, oprimindo e destruindo os santuários do interior e até matando pessoas. Para isso, combateu e condenou as outras divindades, seus cultos e suas imagens como “falsas”, ou seja, “ídolos”, sem deixar de incluir nessa condenação até “os deuses domésticos”, muito difundidos e cultuados nas famílias e aldeias camponesas.

Intolerância, condenação e perseguição contra outras religiões e divindades também fazem parte da realidade de nossa sociedade.

Basta recordar algumas notícias nos meios de comunicação, por exemplo: “Ataque reivindicado pelo EI (Estado Islâmico) mata padre em igreja na França”; “Vítima de intolerância religiosa, menina de 11 anos é apedrejada na cabeça após festa de candomblé” etc. Até hoje, os fundamentalistas do cristianismo, do islamismo e de outros grupos condenam, como “idolatria”, outras religiões, suas imagens, cul-

tos e templos. E no cristianismo essa condenação é muitas vezes legitimada pela leitura fundamentalista da Bíblia, que contém textos referentes a imagens.

Entretanto, muitos desses textos não são condenações das imagens em si, e sim crítica contra a religião, seus cultos e imagens utilizados para legitimar e fortalecer o poder. Por exemplo, Ex 20,23 diz: “Não façam junto de mim deuses de prata, nem façam para vocês deuses de ouro”. Ou ainda: “Se você construir um altar de pedra para mim, não o faça com pedras lavradas, pois assim você estaria profanando a pedra com a ferramenta” (Ex 20,25).

A proibição das imagens é uma crítica contra a religião do Estado. No tempo da formação de Israel (1250-1010 a.C.), os deuses de prata e de ouro e os altares de pedras lavradas eram característicos da religião dos reis de Canaã e do faraó do Egito, que exploravam os camponeses. As imagens eram utilizadas para legitimar seus poderes.

No tempo da monarquia, os profetas continuam as críticas contra o uso da religião pelas autoridades do Estado para promover e aumentar seus poderes e riquezas. Por exemplo, o profeta Oseias, que atuou no reino do Norte entre os anos 750-724 a.C., denunciou: “Nomearam reis sem meu consentimento, escolheram príncipes sem eu ficar sabendo. Com sua prata e ouro fizeram ídolos para sua perdição” (Os 8,4).

O tempo de Oseias coincidiu com a ascensão da Assíria, que provocou conflitos e intri-

“A proibição das imagens é uma crítica contra a religião do Estado”



gas na corte de Israel, com posições favoráveis e contrárias a ela. Desde a morte de Jeroboão II (743 a.C.) até a queda de Samaria (722 a.C.), Israel teve seis reis, quatro dos quais assassinados. Com ganância, cada governante procurou seu poder e seus bens, provocando violência, corrupção e assassinatos: “Há juramento falso e mentira, assassinio e roubo, adultério e violência, e sangue derramado se ajunta a sangue derramado” (Os 4,2).

Conforme a crítica profética, as autoridades usaram da religião para legitimar a corrupção, a exploração e a tirania do Estado. Apropriaram-se até mesmo da religião popular das aldeias, transformando seus cultos e imagens num meio de alienação e exploração: “O vinho e o licor tiram a razão. Meu povo consulta um pedaço de madeira, e seu bastão lhe dá uma resposta, porque um espírito de prostituição os extravia e eles se prostituem, afastando-se do seu Deus” (Os 4,11-12). “O pedaço de madeira” se tornou uma imagem da idolatria do Estado!

No tempo do exílio, quem acusa e critica as autoridades da Babilônia pelo uso da religião para promover e legitimar o poder e a exploração é o grupo do Segundo Isaías (Is 40-55). A mensagem desse grupo se dirige às pessoas exploradas e enfraquecidas da segunda deportação (587 a.C.): “Ele dá ânimo ao cansado e recupera as forças do enfraquecido” (Is 40,29).

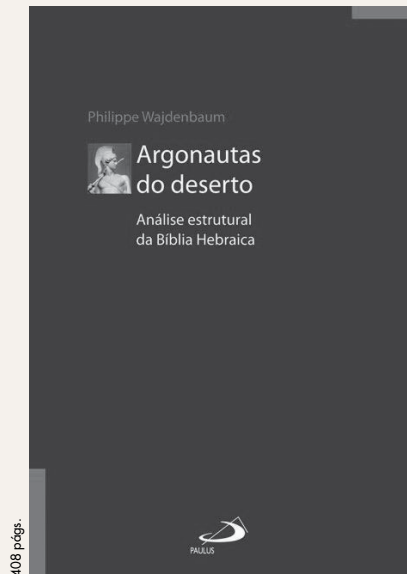
Esses deportados não tiveram a mesma sorte do primeiro grupo exilado na Babilônia, em 597 a.C.: foram tratados como escravos e despojos de guerra. A Babilônia “não teve compaixão para com ele: até sobre os velhos impôs o duro peso” (Is 47,6); “Os pobres e os indigentes buscam água, e nada! Sua língua está seca de sede” (Is 41,17). Os deportados levam uma vida de prisioneiros escravos na terra de Marduc, o deus supremo da Babilônia.

Na Babilônia, a religião é estruturada no panteão, lugar onde Marduc subjuga os deuses de diversas cidades com seus santuários,

Argonautas do deserto

Análise estrutural da Bíblia Hebraica

Philippe Wajdenbaum



Argonautas do deserto apresenta um comentário revolucionário sobre a Bíblia e suas origens, defendendo que a maior parte das narrativas e leis bíblicas teria sido inspirada na literatura grega. Cada capítulo apresenta o material bíblico de modo a compará-lo a equivalentes gregos ou romanos, discutindo similaridades e diferenças.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



assim como, no campo político, a capital do reino com seu imperador (filho de Marduc) subjuga e explora os povos das províncias, das cidades e dos campos, entre os quais os deportados provindos dos países conquistados.

Assim se explica, em parte, por que o Segundo Isaías critica as estátuas e imagens de Marduc e as de outras divindades, fabricadas pelos “homens”:

Os fabricantes de estátuas são todos um nada e suas coisas preferidas não têm valor. Seus devotos nada veem nem conhecem e por isso acabam sendo enganados. Quem formaria um deus ou fundiria uma imagem, senão para conseguir alguma vantagem? Vejam: seus devotos todos são enganados, porque os escultores não são mais que homens. Que eles todos se reúnam para comparecer: ficarão apavorados e envergonhados (Is 44,9-11).

A profecia do Segundo Isaías situa-se nos últimos anos do exílio da Babilônia, por volta de 540 a.C. Já se passaram mais de quatro décadas de exílio. Sofrimento e cansaço! Na medida em que perdura o exílio, cresce o número dos deportados que abandonam a religião de origem e assumem os costumes e a religião da Babilônia: Marduc, o panteão babilônico, seus cultos e suas imagens. É a “idolatria” que seduz, aliena e explora o povo. Essa deve ter sido a principal preocupação e crítica do Segundo Isaías: “Eles não sabem e não entendem, porque seus olhos estão grudados para não ver, e sua inteligência não pode mais compreender” (Is 44,18).

O livro de Daniel, escrito no século II a.C., também descreve e discute os ídolos e estátuas de deuses:

O rei Nabucodonosor mandou fazer uma estátua de ouro com trinta metros de altura por três metros de diâmetro. E a colocou na planície de Dura, província da Ba-

bilônia. Quando ouvirem o som da trombeta, [...] todos devem cair de joelhos para adorar a estátua de ouro erguida pelo rei Nabucodonosor. Quem não o fizer, será jogado na mesma hora dentro da fornalha ardente (Dn 3,1.5-6).

“É a idolatria que seduz, aliena e explora o povo”

Historicamente, o texto se refere às imagens, estátuas e, sobretudo, ao altar de Zeus (Júpiter) Olimpo, chamado pelos judeus

piedosos de “abominação da desolação” (1Mc 1,54) e colocado no templo de Jerusalém em consequência da política de helenização de Antíoco IV, imperador dos Selêucidas. Este invadiu, saqueou e conquistou Jerusalém, tentando transformar a cidade em *pólis* grega (cidadela) por volta de 170 a.C. A implantação da sua cultura e da sua religião com seus ídolos foi um meio para legitimar e fortalecer o domínio dos gregos (cf. 1Mc 1-2).

Com visões, sonhos e contos populares, o livro de Daniel descreve a resistência e a esperança do povo judeu, oprimido e perseguido pelo imperador Antíoco IV e seus generais selêucidas. A primeira parte do livro (Dn 1-6) contém uma crítica irônica contra a idolatria e mostra a resistência e a fidelidade dos justos (Daniel e seus companheiros). A segunda parte (Dn 7-12) narra quatro visões apocalípticas, que mostram a vitória final de Deus sobre os perseguidores gregos, dando ânimo e coragem ao povo judeu fiel à Lei e à religião dos pais.

A resistência do povo judeu à insensatez dos ídolos utilizados pelos governantes perseguidores também acontece na cidade de Alexandria, no Egito. No livro da Sabedoria, o autor, piedoso e fiel à educação religiosa recebida dos pais (cf. Sb 2,12), critica a idolatria e a imoralidade dos ímpios, “gentios”, que oprimem e perseguem os judeus justos. Sb 15,7-19, por exemplo, descreve a idolatria utilizada para fins lucrativos e políticos dos opressores.



2. “Nenhum ser humano pode modelar um deus que lhe seja semelhante”

O autor do livro da Sabedoria apresenta longo tratado contra a idolatria, o texto bíblico mais extenso: Sb 13-15. Nele, o autor evidencia o objetivo da “invenção” dos ídolos: “O princípio da prostituição está na invenção de ídolos; a descoberta deles trouxe a corrupção da vida. De fato, eles não existiam desde o início nem existirão para sempre. Entraram no mundo pela vaidade dos seres humanos, e por isso está decretado o rápido fim deles” (Sb 14,12-14).

Para o autor, judeu alexandrino e fiel ao Deus único Javé, o ídolo, “imagem” em grego, é a reprodução de alguma coisa ou pessoa como fruto da “vaidade” dos seres humanos, movidos pelo helenismo: a busca desenfreada de bens, poder, prazer e honra. É o “princípio da prostituição”, ou seja, da infidelidade a Javé, produzindo a “corrupção da vida”: a injustiça, a exploração e a opressão do povo.

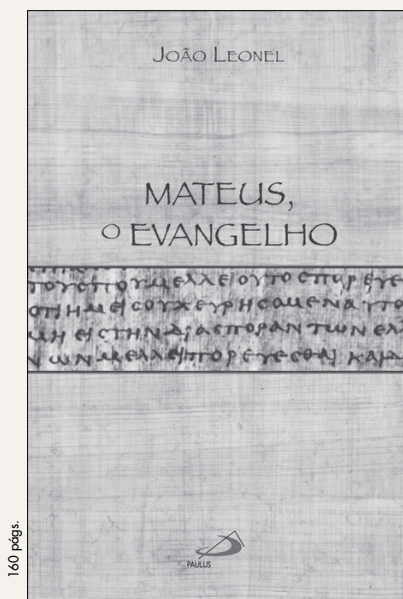
No Egito, especialmente em Alexandria, os cultos idolátricos estavam em toda parte, incluindo a adoração dos próprios animais vivos. Os animais no Egito antigo eram considerados a encarnação de deuses. Alguns deuses e deusas foram identificados com animais específicos. Por exemplo, o deus dos céus, Hórus, foi mostrado com a cabeça de falcão e a deusa Sekmet, com a cabeça de uma leoa feroz, por ser a deusa da guerra.

Já a deusa Ísis, uma das principais divindades da mitologia egípcia, podia se transformar num falcão com asas que tinha o poder de ressuscitar mortos. Seu culto transcendeu as fronteiras do Egito e se estendeu por todo o universo greco-romano. Hoje a arqueologia comprova vestígios do culto a Ísis em templos e monumentos piramidais em todas as partes de Roma.

Em Alexandria, não só o culto ao imperador (cf. Sb 14,15-31), mas também os cultos

Mateus, o evangelho

João Leonel



O volume busca esclarecer quem foi, do ponto de vista técnico, o contador de histórias que a tradição convencionou nomear como Mateus. Chega-se ao final da leitura com a sensação de que o Evangelho segundo Mateus aparece mais luminoso, agudo e instigante. Uma síntese ampla do que tem sido dito e uma abertura a novas possibilidades de leitura: eis o que encontraremos nas páginas deste livro.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



aos deuses e às deusas, representados por animais, alienavam e corrompiam as pessoas para fins lucrativos e políticos dos imperadores gregos e romanos. Vivendo em meio aos egípcios de Alexandria, o autor conhecia bem a insensatez dos ídolos e o uso deles para praticar todo tipo de injustiça e perversidade. Em Sb 15,7-19, ele observa e analisa esse fenômeno social e religioso e reitera suas críticas aos fabricantes dos ídolos em paralelo à fabricação das imagens em madeira (cf. Sb 13,10-19).

Antes de tudo, o autor observa que o fabricante dos ídolos, chamado “oleiro”, amassa a argila e fabrica vasos úteis para vários fins e também uma “divindade falsa”. Modelado por Deus criador, agora modela divindades: “ele que há pouco tinha nascido da terra e em breve para ela há de voltar quando lhe for tirada a vida que recebeu por empréstimo” (Sb 15,8). A vida é criada pela gratuidade de Deus para o bem comum de todos. Mas o fabricante dos ídolos não reconhece seu criador: “porque não reconhece Aquele que o modelou, que lhe infundiu uma alma ativa e lhe inspirou um sopro vital” (Sb 15,11: cf. Gn 2,7).

Qual é a razão de não reconhecer o Deus criador? A finalidade da fabricação dos ídolos não é guiada pelo sopro da gratuidade, mas sim pela ganância do lucro: “Ele considera que nossa existência é um jogo, e a vida seria algo lucrativo. Ele diz: ‘É preciso aproveitar-se de tudo, até o mal’. Realmente, mais do que todos os outros, ele sabe que está pecando, fabricando, de matéria terrena, tanto vasos frágeis como estátuas de ídolos” (Sb 15,12-13; cf. 14,2).

Novamente, o autor retoma o pensamento do ímpio em Sb 2: “Nossa vida é breve”; “Porque nascemos do acaso e depois seremos como se não tivéssemos existido”; “Nosso tempo é a passagem de uma sombra e não há retorno após nossa morte”; “Vamos

então desfrutar dos bens existentes e usar das criaturas com ardor juvenil” (Sb 2,1.2.6). Para o ímpio, que não reconhece o Deus criador nem tem a esperança numa vida futura, o único sentido da existência consiste em aproveitá-la ao máximo, até mesmo com extravagância, buscando unicamente o “lucro” econômico, social e político.

No afã de satisfazer seus interesses, o ímpio pratica injustiças. É o mesmo que dizer que se deve aproveitar o máximo possível, até mesmo explorando e oprimindo o pobre e a viúva (cf. Sb 2,7-11). Na visão do autor, o ímpio é consciente de suas ações: “Realmente, mais do que todos os outros, ele sabe que está pecando, fabricando, de matéria terrena, tanto vasos frágeis como estátuas de ídolos” (Sb 15,13). Para fins lucrativos, o fabricante de ídolos não hesita em “pecar”, ou seja, em praticar a manipulação, a

“Para fins lucrativos, o fabricante de ídolos não hesita em pecar, em praticar a manipulação, a opressão e a injustiça contra o povo”

opressão e a injustiça contra o povo: “Os inimigos, porém, que oprimiram teu povo, são todos insensatos e mais infelizes que a alma de uma criança” (Sb 15,14). Como crianças sem juízo (cf. Sb 12,24-25), exploram a ingenuidade do povo. Manipulam a sua religiosidade. Oprimem os opositores em nome de deuses. Coisas de ontem e de hoje.

A manipulação dos inimigos chega ao ponto extremo: “eles consideram deuses todos os ídolos das nações” (Sb 15,15), incluindo o culto aos mais odiosos animais: “prestam culto até aos mais repugnantes animais, aos que são mais brutos quando comparados a outros. Todos esses nada têm de beleza que os torne atraentes, se comparados com os outros animais, e ficaram sem a aprovação e bênção de Deus” (Sb 15,18-19).

Repugnantes animais: o culto a serpentes ou dragões era prática bem conhecida no Egito (cf. Sb 11,15; 12,24) e bem presente nos cultos do mundo greco-romano (cf. Rm 1,23). Na histó-



ria de Bel e o dragão, no livro de Daniel, o dragão é ridicularizado por ser o objeto do culto dos governos gregos. No livro do Apocalipse, o dragão é adorado por ter dado autoridade à Besta, imperador romano (Ap 13). Segundo Gn 1-2, os animais recebem a “aprovação e bênção” de Deus. A serpente, ao contrário, recebe a maldição, por ter manipulado e enganado o ser humano (cf. Gn 3,14; cf. Is 65,25). Em Alexandria, os governantes utilizam o culto a esses mais repugnantes e amaldiçoados animais para produzir a manipulação e opressão.

A crítica do autor aos ídolos chega então ao ponto mais alto: “os olhos desses ídolos não conseguem ver, o nariz deles não respira, os dedos de tais mãos não apalpam e os pés deles não são capazes de andar. Foi um ser humano que os fez” (Sb 15,15-16a). Os ídolos não passam de imagens que, na verdade, não têm olhos, ouvidos, boca, mãos e pés. Nem são capazes de escutar e atender as orações dos fiéis no culto.

Crítica semelhante, centrada numa realidade contrária à experiência do Deus do Êxodo (Ex 3,7), está bem presente em outros textos do Antigo Testamento:

O nosso Deus está nos céus, e ele fez tudo o que desejou. São de prata e ouro os ídolos deles, e foram feitos por mãos humanas: esses têm boca e não falam, têm olhos e não veem; têm ouvidos e não escutam, têm nariz e não cheiram; têm mãos e não apalpam, têm pés e não andam, nem sua garganta produz sussurro algum. Iguais a eles são aqueles que os fabricam, todos aqueles que neles confiam (Sl 115,3-8; cf. Sl 135,16-17).

Lemos na história de Bel e o dragão, em Daniel:

Um dia o rei lhe perguntou: “Por que você não presta culto a Bel?” Daniel respondeu: “Porque eu não adoro imagens

fabricadas pelo homem, mas só ao Deus vivo que criou o céu e a terra e é Senhor de todo ser vivo”. O rei disse: “E você acha que Bel não é um deus vivo? Não vê quanta coisa ele come e bebe todos os dias?” Daniel sorriu e disse: “Não se deixe enganar, ó rei! Por dentro Bel é de barro e por fora é de bronze; ele jamais comeu e bebeu coisa alguma” (Dn 14,5-7).

Subjaz a esses textos o pensamento do autor: Deus Javé é o único Deus criador e salvador. Ele é a fonte da vida. Criou o próprio ser humano, que é mortal e não pode criar um deus: “Nenhum ser humano pode modelar um deus que lhe seja semelhante. Pois, sendo mortal, só é capaz de produzir, com as próprias mãos, um cadáver. De fato, ele é superior aos objetos que adora: pelo menos ele tem vida, os ídolos nunca a terão” (Sb 15,16-17).

Fortíssima condenação aos ídolos: “cadáver” (Sb 13,10.18; 14,15; 15,5). O mesmo termo “cadáver”, *nekrós* em grego, é aplicado ao ímpio (cf. Sb 4,19) e aos egípcios (cf. Sb 18,12.23; 19,3). O faraó, os egípcios e seus ídolos são, para o autor, “ímpios” e “cadáveres”, enquanto Javé é o “Deus vivo” e o libertador dos oprimidos. Ele castiga os ídolos com seus autores, ímpios: “O ídolo feito por mãos humanas é amaldiçoado, e também aquele que o fez: este, porque o preparou; e a coisa corruptível, porque lhe deram o nome de deus. Tanto o ímpio quanto a impiedade são da mesma forma desagradáveis a Deus. De fato, a obra será punida juntamente com seu autor” (Sb 14,8-10). É uma condenação à exploração e violência política e religiosa dos governantes greco-romanos e seus seguidores.

Por volta de 30 d.C., Jesus de Nazaré viveu na Palestina, onde os romanos iam impondo seu domínio: a exploração, a violência e a submissão a qualquer custo. Multidões de empobrecidos, escravizados e assassinados resultavam da violência política e religiosa dos romanos e seus aliados. Nessa realidade,



Jesus propôs a resistência, esperança e alternativa de vida libertada, criticando a idolatria do seu tempo.

3. “Devolvam a César o que é de César”

O imperador Cláudio escreveu uma carta aos alexandrinos, em 41 d.C., na qual afirma: “Em primeiro lugar, permito-te manter meu aniversário como dia sagrado, como o pediste, e permito-te erigir [...] uma estátua representando a mim e à minha família” (HORSLEY, 2004, p. 31).

O culto ao imperador se espalhou na Grécia, na Ásia Menor e em outras partes do império romano. Sacrifícios, rituais, jogos públicos e festas eram celebrados para “a supremacia do imperador e os benefícios da ordem imperial”. O imperador era honrado e adorado entre os grandes deuses, para efetuar o poder e a dominação em forma religiosa.

Em todo o império, por exemplo, as moedas, com imagens divinas de Augusto, Tibério, Calígula e Cláudio, eram cunhadas e utilizadas para favorecer e garantir o comércio, o lucro e amplo aparato administrativo imperial. Em uma moeda descoberta na cidade de Salônica (nome atual de Tessalônica), Calígula aparece, com véu de sacerdote, sacrificando um touro no templo do Divino Augusto, considerado a divindade da dinastia dos imperadores! É a sacralização da imagem do imperador César para dominação e fins lucrativos.

Na Palestina do tempo de Jesus, o império romano com os reis herodianos promoveram a helenização, concretizada na construção da Decápolis (dez cidades), com boa infraestrutura, para favorecer a administração, o comércio e a segurança. Na helenização, não faltaram a fabricação e o uso da moeda com a imagem e a inscrição do nome do imperador. O denário, *denarius* em latim, moeda romana, era utilizado nas transações comerciais na

época de Jesus e era a única válida para o pagamento de impostos.

Uma das maiores causas do empobrecimento dos camponeses, que constituíam 90% ou mais da população da Palestina, era a exigência de pagamento de impostos. Os judeus eram obrigados a pagar aos romanos o imposto sobre 25% a 30% das colheitas, além do pedágio para a circulação de pessoas e mercadorias, e a dedicar um tempo de trabalhos forçados às tropas e às obras públi-

cas. Existiam também os impostos do Templo: vários dízimos, ofertas de sacrifício, imposto pessoal, estipulado em um denário etc. Era comum presenciar famílias inteiras sendo vendidas como escravos por causa de dívidas.

Nessa situação de exploração que oprime a vida e desfigura a pessoa humana, Jesus denunciava a imagem do imperador como idolatria, no episódio do pagamento do imposto a César:

Jesus, porém, conhecendo a hipocrisia deles, disse-lhes: “Por que vocês me põem à prova? Tragam-me uma moeda, para que eu a veja”. Eles a levaram, e Jesus perguntou: “De quem é esta imagem e inscrição?” Responderam-lhe: “De César”. Então Jesus lhes disse: “Deem a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc 12,15-17).

Jesus entra em controvérsia com os fariseus e herodianos. Estes eram responsáveis pela cobrança do imposto civil e aqueles, pelo imposto religioso. Eles perguntam se era necessário pagar impostos (denários) a César. No tempo de Jesus, o denário trazia a imagem do imperador Tibério (14-37 d.C.) e a inscrição “César Augusto Tibério, filho do Divino Augusto”. César era adorado como deus. Pagar o imposto seria reconhecer a divindade do imperador e a soberania romana sobre a terra.

Diante da armadilha, Jesus parte para a ofensiva contra aqueles que se beneficiam do

“Tanto o ímpio quanto a impiedade são da mesma forma desagradáveis a Deus”



império romano e sua idolatria. Primeiro, a pergunta: “De quem é esta imagem e inscrição?” Trata-se de desconhecimento? Ou de uma desautorização contra o poder de César? Sem dúvida, Jesus conhecia o denário, pequena moeda de prata bem utilizada no seu tempo. Por que então faz questão de perguntar? Porque rejeita publicamente reconhecer a imagem e a inscrição do imperador como deus.

Em seguida, Jesus responde: “Dai a César o que é de César”. Se o imperador Tibério manda cunhar o denário com a sua imagem, devolvam-lhe o que lhe pertence. Mas proclama: “a Deus o que é de Deus”, dizendo que se devolva a Deus o que lhe foi tirado: a vida do povo. Em meio à realidade da vida massacrada e machucada do povo da Galileia, Jesus denuncia a idolatria – isto é, o uso do nome de Deus para poder e fins lucrativos do império – em situações que exploram e oprimem o povo vocacionado a ser imagem e semelhança do Deus da vida.

O tema da crítica à idolatria e aos ídolos continua presente nos escritos dos seguidores e seguidoras de Jesus de Nazaré:

• *Paulo*: “Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus nem lhe agradeceram. Ao invés disso, tornaram-se vazios em seus pensamentos, e seu coração insensato ficou na escuridão. Vangloriando-se de ser sábios, tornaram-se tolos e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens de seres humanos corruptíveis, de aves, quadrúpedes e répteis” (Rm 1,21-23). Paulo analisa e critica a vida dos gentios de Roma, capital do império: “Realmente, do alto do céu se manifesta a ira de Deus contra toda impiedade e injustiça daqueles que com a injustiça sufocam a verdade” (Rm 1,18). Este é o problema maior da idolatria: a injustiça e a sacralização de objetos, animais, pessoas, colocando-os no lugar do Deus da vida, na busca desenfreada de bens, poder, prazer e honra (cf. Rm 1,24-27). A imagem do imperador Nero como o filho de Deus, por exemplo, justifica e sustenta a perversidade da sociedade es-

A origem da Bíblia

Um guia para os perplexos

Lee Martin McDonald



264 págs.

Este grandioso trabalho oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia até os dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e, por fim, se fixou. Lee Martin McDonald analisa textos desde a Bíblia hebraica até a literatura patrística.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



cravagista: a submissão e a desumanização dos escravos, que correspondem a quase 70% do 1 milhão de habitantes de Roma.

• *A comunidade joanina*: “Nós sabemos que somos de Deus, mas o mundo inteiro está sob o poder do Maligno. Sabemos que o Filho de Deus veio e nos tem dado entendimento para conhecermos o Deus verdadeiro.

E nós estamos no Verdadeiro, no Filho dele, Jesus Cristo. Este é o Deus verdadeiro e a vida eterna. Filhinhos, fiquem longe dos ídolos” (1Jo 5,19-21). O autor da primeira carta denuncia o poder do Maligno (mal, diabo, Anticristo, mundo), que se apresenta

como deus e controla o mundo inteiro pelo desejo desenfreado de possuir o poder e a riqueza. O falso deus se personifica nos ídolos, que produzem escravidão e morte no lugar da liberdade e da vida que o Deus verdadeiro realiza em seu Filho, Jesus Cristo. Para a comunidade joanina, o principal maligno seria o império romano com seus ídolos, o qual aliena e explora o povo e persegue seus opositores, como os cristãos (cf. 1Jo 2,12-17; Jo 15,18-21).

• *Apocalipse*: “Ela (Bestinha) recebeu a permissão de infundir espírito na imagem da primeira Besta, para que esta imagem pudessem falar. E ainda: podia fazer com que todos os que não adorassem a imagem da primeira Besta fossem mortos” (Ap 13,15). A Besta, a encarnação do mal (Dragão), é a imagem do poder tirano do império romano. As bestinhas – os governadores, profetas e sacerdotes do império – estão encarregadas de “infundir”, propagar e alienar todos os habitantes da terra, para adorarem a Besta e aceitarem seu governo, como se este viesse de Deus. Quem não aceita a idolatria da Besta não tem participação plena na sociedade nem pode vender nem comprar: “Assim, ninguém pode comprar nem vender, a não ser que tenha a marca, o nome da Besta ou o número do seu nome (666)” (Ap 13,17). A idolatria é tão

forte e absoluta, que as pessoas, como os cristãos, são perseguidas e mortas por não aceitarem a Besta (cf. Ap 13,9-10).

O movimento cristão combateu a idolatria do império romano como deuses falsos de exploração e opressão. Desmascarou e denunciou os poderes que se absolutizaram,

tomando o lugar do Deus da vida e escravizando as pessoas.

Na luta contra a idolatria, muitas vidas foram ceifadas, como aconteceu com os justos do Antigo Testamento: “O justo perece e ninguém se incomoda, os homens piedosos são ceifados sem que ninguém tome conhecimento.

Sim, o justo foi ceifado, vítima da maldade” (Is 57,1: cf. Ap 11,1-13).

Uma palavra final

As críticas persistentes dos autores da Bíblia contra a idolatria do seu tempo devem nos levar a desmascarar e denunciar a idolatria atual. No dia 11 de janeiro de 2017, no Vaticano, o papa Francisco falou sobre os ídolos que as pessoas costumam fabricar na crença – infrutífera – de que lhe darão a felicidade:

O homem, imagem de Deus, fabrica um deus à sua própria imagem, e é também uma imagem mal alcançada: não sente, não age e, sobretudo, não pode falar. Mas nós ficamos mais felizes de ir aos ídolos do que ao Senhor. Ficamos tantas vezes mais contentes com a esperança efêmera que dá este falso ídolo, que com a grande esperança segura que nos dá o Senhor.

O Deus da vida jamais justifica a opressão e a exploração de ninguém. Como se pode dizer que é cristã uma sociedade na qual os detentores ambiciosos da economia, da política e da religião fabricam ídolos que devoram o povo? Em que sentido é cristã uma ação evangelizadora que não denuncia a alienação e a exploração? ●



Medellín: esquecer ou reviver? – Uma análise pastoral

Nicolau João Bakker*

No cinquentenário da II Conferência Episcopal Latino-Americana (1968), este artigo retoma o principal conteúdo pastoral do Documento de Medellín e busca analisar quais pontos continuam irrenunciáveis para a prática pastoral dos nossos dias.

Introdução

Para todos os países da América Latina e do Caribe, o ano de 1968 representou um marco histórico, graças à publicação do *Documento de Medellín* (DMd). Agora, no cinquentenário desse evento, vale a pena propor-nos a pergunta: esquecer ou reviver? Do ponto de vista pastoral, os avanços obtidos e reconhecidos continuam válidos ou devemos preparar-nos para uma “nova” etapa? De 1968 para cá, para muitíssimos padres, leigos/as e religiosos/as dedicados à vida

paroquial ou a pastorais específicas, o documento foi extremamente significativo. Parece que a Igreja latino-americana, neste momento, passa por uma espécie de “crise existencial”: esquecer, de vez, o *Documento de Medellín*, voltando à tradição, ou revivê-lo de forma renovada. A questão central a ser abordada neste artigo é: *O que o Documento de Medellín trouxe de irrenunciável?* Relendo-o nessa perspectiva, parece-me que cinco pontos devem ser ressaltados:

1. Impõe-se superar definitivamente o tradicional dualismo e nunca separar o amor a Deus do amor aos irmãos.

Já no primeiro capítulo, enfocando a “Justiça”, os bispos latino-americanos observam “que devemos evitar o dualismo que separa as tarefas temporais das da santificação” (DMd I, 2; neste

*Nicolau João Bakker, svd, é missionário do Verbo Divino e sacerdote, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Foi professor de Teologia Pastoral no Instituto de Teologia de São Paulo (Itesp/SP). Publica regularmente nas revistas *Vida Pastoral*, *REB* e *Convergência*. Acesso aos artigos em: <artigospadrenicolausvd@blogspot.com.br>. E-mail: nijlbakker@hotmail.com



artigo, todas as citações serão deste documento, por capítulo e seção). O argumento, de uma forma ou de outra, será retomado em todos os demais capítulos. Falando da Paz, em II, 2, diz-se: “[...] criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã”. Nas “conclusões pastorais” desse mesmo capítulo, os bispos indicam como linha pastoral prioritária: “Fazer com que nossa pregação, catequese e liturgia tenham em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo, formando homens comprometidos na construção de um mundo de paz”.

Não é sem importância, ainda nos nossos dias, dar destaque a esse ponto. Todos sabemos que setores muito influentes da Cúria Romana se opuseram firmemente à surpreendente guinada pastoral pós-Medellín da Igreja latino-americana, considerada excessivamente envolvida com o imperativo sociotransformador da mensagem cristã. Ficou na história o momen-

to esclarecedor em que o papa João Paulo II (†2005) falou mal da teologia da libertação e logo depois, em carta aos bispos brasileiros (1986), declarou-a “não só oportuna, mas também útil e necessária”. De fato, para os teólogos e biblistas dos nossos dias, do ponto de vista intelectual, o problema do dualismo está superado. Não, porém, do ponto de vista pastoral. Continua sendo, aliás, um dos mais destacados desafios pastorais da atualidade. Quase todas as paróquias vivem alguma forma de disputa entre “carismáticos” e “comprometidos”. Apelar às soluções “sobre-naturais” não é apenas uma tradição milenar cristã. A tendência parece fazer parte da própria antropologia humana. Na perspectiva da fé cristã, saber unir o humano e o divino continua a ser, de fato, fundamental.

2. Uma correta “análise da realidade” é vital para uma caminhada pastoral bem-sucedida.

“Todos sabemos que setores muito influentes da Cúria Romana se opuseram firmemente à surpreendente guinada pastoral pós-Medellín da Igreja latino-americana”

O teólogo francês Marie-Dominique Chenu (†1990), em seu “anteprojeto”, depois transformado no documento *Gaudium et Spes*, insistia em dar a devida atenção aos “sinais dos tempos”. Jesus condenou a prática religiosa dos fariseus e dos saduceus por sua incapacidade de ler os sinais dos tempos (cf. Mt 16,1-4). Para Jesus, a vinda do Reino era claramente visível. Para os “cegos” fariseus, não. Especialmente nas “recomendações pastorais”, os bispos aconselham os diferentes grupos cristãos a adotar o método pedagógico da “revisão de vida”, relacionando fé e realidade, assim como já era habitual nas reuniões da Juventude Operária Católica (JOC), herança do cardeal Cardijn. Enfocando a “Pastoral das Elites”, os bispos afirmam: “Em todos esses ambientes, a evangelização deve orientar-se para a formação de uma fé pessoal [...] constantemente em confronto com os desafios da vida atual”. E acrescentam: “Esta evangelização deve ser

relacionada com os sinais dos tempos” (VII, 2). Para a juventude, insiste-se na “necessidade de um conhecimento da realidade sociorreligiosa constantemente atualizado” (V, 3).

Interpretar corretamente a realidade vivida não é tão simples como, às vezes, parece. Trata-se de aprendizado que é sempre fruto de longo processo de reflexão coletiva. Ninguém se educa sozinho, todos nós nos educamos – e nos “corrigimos” – juntos, já dizia Paulo Freire. Estamos habituados a “localizar” a análise da realidade como a primeira parte de um bom planejamento. Muito mais do que isso, porém, essa análise é a “luz” que deve iluminar-nos sempre, em qualquer lugar e tempo, pois é ela que nos ajuda a não nos perdermos no caminho. É uma pena que os “grupos de base” – inúmeras vezes citados no *Documento de Medellín* – estejam desaparecendo do nosso panorama pastoral, marcadamente nas áreas urbanas. Não bastam os grupos pastorais “tarefeiros”, ou mesmo nossos grupos de piedade. Jamais nossas



paróquias, ainda demasiadamente centralizadas, se transformarão em “comunidades de comunidades” se não encontrarmos, em cada comunidade, grupos que se reúnem regularmente para analisar a sua realidade – social, política, e cultural – à luz da Palavra de Deus.

3. Todo cristão necessita de uma “comunidade de base” para sua fé permanecer, crescer e evoluir.

Na sociedade rural tradicional, a fé era, por assim dizer, “de nascença” e se sustentava pela força das próprias tradições religiosas. Nas sociedades modernas, fortemente atingidas pelo fenômeno da “destraditionalização” – como afirmam destacados pensadores “modernos”, como Zygmunt Bauman (†2017) e muitos outros –, a fé cristã só tem condições de permanecer e crescer por meio de uma “adesão pessoal e consciente” a Jesus Cristo. O *Documento de Aparecida* (2007) fez dessa constatação o fio condutor de sua argumentação. Não se trata de adesão exclusivamente racional. O ser humano começa a “agir” apenas quando também o coração é tocado. É quando a doutrina se transforma em espiritualidade. Quem tem o poder de fazer isso é a Comunidade, reunida no Espírito de Jesus. Trata-se de dado antropológico. É em comunidade que o ser humano festeja, dança ou chora. É em comunidade que ele “celebra” a sua vida.

“Comunidade de base” é palavra-chave no *Documento de Medellín*. Em VIII, 3, o documento diz: “As Comunidades Cristãs de Base, abertas ao mundo e inseridas nele, têm que ser o fruto da evangelização [...]”. Nas recomendações pastorais da “Pastoral das Massas”, propõe: “Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos” (VI, 3). De modo muito explícito, é principalmente no capítulo XV, dedicado ao tema conciliar da “colegialidade”, que os bispos tratam do tema. Nas sempre presentes “orientações pastorais”, abordando o item “renovação das estruturas pastorais”, observam:

A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na *comunidade de base*, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros [...]. Uma comunidade de fé, esperança e caridade (LG 8 e GS 40). A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial [...]. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento [...]. A visão que se expôs há de levar-nos a fazer da paróquia um conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de base. Assim, a paróquia tem de descentralizar sua Pastoral no tocante a lugares, funções e pessoas [...] (XV, 3).

É difícil encontrar uma orientação mais lúcida. Recentemente, o episcopado brasileiro tem alertado sobre a necessidade de desburocratizar, desclericalizar e setorizar nossas paróquias, ainda fortemente centralizadas. Também o papa Francisco tem se manifestado diversas vezes no mesmo sentido. Quem mais fielmente cumpriu esse apelo de Medellín foram as comunidades eclesiais de base, que deram dinamismo, autenticidade e credibilidade à nossa Igreja nas décadas pós-conciliares. Um dos mais lamentáveis equívocos pastorais do momento é pensar que “as CEBs são coisa do passado”. O 14º Intereclesial das CEBs (Londrina, janeiro de 2018) fala por si. Ainda que Roma mantenha alguma desconfiança, não será possível superar a mesmice pastoral sem retomar essa caminhada. As Conferências Episcopais de Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) trouxeram aportes importantes, mas, de nenhuma forma, diminuíram esse imperativo pastoral de Medellín.



4. Levando em conta a realidade latino-americana, não ter nenhuma forma de “pastoral social” na paróquia não faz sentido.

É sabido que os teólogos latino-americanos tiveram um papel preponderante na elaboração do *Documento de Medellín*. Desta forma, a grande preocupação com a prática pastoral não impediu boa fundamentação teórica. Na década de 1960, a assim denominada “teoria da dependência” teve grande destaque nas universidades do continente. Sobretudo os economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – criada pela ONU em 1948 – deram grande ênfase à teoria. Segundo ela, os países em desenvolvimento, ou “periféricos”, giram em volta dos países desenvolvidos, ou “centrais”, numa eterna dependência econômica, política e cultural, em grande prejuízo de sua autonomia própria para superar o estado permanente de pobreza e exclusão. Essa teoria, assumida pelos teólogos latino-americanos, é como que o fio condutor do *Documento de Medellín*. Volta e meia ela vem à tona. No capítulo II, sobre a Paz, diz-se: “Referimo-nos aqui, particularmente, às consequências que traz para nossos países sua dependência de um centro de poder econômico em torno do qual gravitam”. E, falando dos aspectos econômicos “que mais influem no empobrecimento global e relativo de nossos países”, os bispos citam “os monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro”:

Com isso queremos sublinhar que os principais culpados da dependência econômica de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica e ao “imperialismo internacional do dinheiro”, condenado por Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, e por Paulo VI, na *Populorum Progressio* (DMd II, 1ª parte).

“O ser humano começa a “agir” apenas quando também o coração é tocado”

Palavras fortes, ainda hoje lembradas repetidas vezes pelo papa Francisco. São inúmeras as orientações pastorais apontadas pelo documento que se referem, direta ou indiretamente, a algum aspecto da pastoral social:

Para o exercício de sua missão pastoral, as Conferências Episcopais constituirão sua comissão de ação ou pastoral social para [...] assumir as iniciativas na área de atuação da Igreja, como estimuladora da ordem temporal, numa autêntica atitude de serviço. O mesmo vale para os níveis diocesanos. [...] A organização sindical [rural e urbana] deverá adquirir a força [...] a que os trabalhadores têm direito. [...] [Deverá ser] realizada uma autêntica e urgente reforma das estruturas e das políticas agrárias. [...] uma transformação global [...] tem como requisito a reforma política. [...] [É] imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre (I, 3).

Enfocando a “Pastoral das Elites”, diz: “A Igreja deverá manter sempre sua independência diante dos poderes constituídos e dos regimes que os asseguram” (VII, 3). Tratando dos “Movimentos Leigos”, afirma: “Deve ser fomentada uma espiritualidade própria dos leigos, baseada em sua própria experiência de compromisso com o mundo” (X, 2). Enfocando, no capítulo XII, a Vida Religiosa, observa:

No transcorrer da história, a vida religiosa teve sempre, e agora com maior razão, uma missão profética, a de ser um testemunho da escatologia [...]. Para os religiosos de vida ativa, a ação apostólica não pode ser considerada como algo secundário, muito ao contrário, ela “integra a própria natureza



da vida religiosa; toda a vida religiosa de seus membros há de estar saturada do espírito apostólico, e toda a ação apostólica saturada do espírito religioso” (PC 8; LG 44).

Finalmente, no capítulo sobre a Pobreza, os bispos alertam:

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres [...]. Isso há de se concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada frequentemente pelo pobre [...]. Desejamos que nossa habitação e estilo de vida sejam modestos, nossa indumentária simples, nossas obras e instituições funcionais, sem aparato nem ostentação (DMd XIV).

Em décadas passadas, era difícil encontrar paróquias em que não houvesse alguma forma de pastoral social. A presença das CEBs era a garantia infalível de sua existência. Hoje, o panorama eclesial em muitos lugares é outro, assiste-se a um verdadeiro regresso. Não obstante, nada no avanço dos estudos teológicos e bíblicos das últimas décadas o autoriza. Pelo contrário, esses estudos apenas trouxeram novos aportes que ampliam a necessidade da pastoral social. Ela pode ter as mais diferentes fisionomias, mas paróquias sem pastoral social, na perspectiva evangélica, não fazem sentido.

É importante ressaltar, ainda, que a caridade cristã não pode ser limitada à sua face assistencialista. O teólogo Pe. Francisco de Aquino Júnior publicou, em 2016, um livreto intitulado *Pastoral social – dimensão socioestrutural da caridade cristã* (Brasília, Edições CNBB). Inicia com as palavras do papa Francisco: “Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem dignidade”. Mais adiante, nas páginas 18-20, diz:

É preciso reconhecer que esse serviço (da assistência aos necessitados) é fundamental na vida dessas pessoas e que é um serviço muito evangélico. Mas

é preciso reconhecer também que ele não é suficiente e que é necessário buscar meios mais eficazes para o enfrentamento dessas situações de pobreza e marginalização extremas [...]. Por mais que esse deva ser um serviço permanente na Igreja e que sejam necessários pessoas e grupos que se dediquem a ele, não pode ser tomado como o único serviço aos pobres nem como a forma mais eficaz de superar a pobreza e a marginalização sociais. É preciso dar um passo a mais na direção da transformação das estruturas da sociedade [...]. Essa forma de caridade tem um dinamismo diferente da caridade assistencial. Ela se desenvolve na criação e/ou fortalecimento de processos sociais que visam transformar as estruturas da sociedade a partir e em vista das necessidades e dos direitos dos pobres e marginalizados. Seu foco não é a *necessidade imediata* a ser satisfeita (assistência aos necessitados), mas os *mecanismos estruturais* que fazem com que grandes setores da sociedade vivam em situação permanente de necessidade (transformação das estruturas da sociedade). Daí a proximidade dos grupos que se dedicam a essa dimensão e forma da caridade cristã com as organizações e os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos pobres e marginalizados [...]. Como bem afirma o papa Francisco, além dos “gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos”, é necessário cooperar para “resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres” (EG 188).

5. Apenas uma “Pastoral de Conjunto” se justifica.

No capítulo XV, os bispos latino-americanos se manifestam de forma explícita sobre esse tema. Está em foco então a “colegialidade”. Os bispos afirmam que a Igreja deve lidar com as particularidades do continente latino-americano com “estruturas pastorais aptas, marcadas pelo sinal de organicidade e de unidade” (XV, 1). Não adianta cada padre ou cada movimento leigo querer fazer a sua igreja particular. O DMd



resume essa preocupação com a palavra-chave “Pastoral de Conjunto”. As comunidades devem estar unidas entre si (= paróquia); assim também as paróquias (= setor/região/diocese) e, da mesma forma, até os níveis mais altos. Também as pastorais não devem ser isoladas umas das outras. A preocupação social, por exemplo, deve estar presente na catequese, na liturgia e nas demais pastorais, mas, igualmente, não faz sentido o militante social cristão não se alimentar da catequese (Palavra de Deus) e da liturgia comunitárias.

Diz o DMd: “[...] as estruturas eclesiais devem ser periodicamente revistas e reajustadas, de tal forma que se possa desenvolver harmoniosamente o que se chama uma Pastoral de Conjunto” (XV, 2). Como no Vaticano II, também no *Documento de Medellín* a Igreja particular recebe um lugar central: “[...] o bispo tem a responsabilidade da Pastoral de Conjunto enquanto tal [...]” (XV, 3). O bispo não pode agir, porém, de forma isolada: “Os bispos [...] devem manter-se sempre unidos entre si [...], já que [...] cada qual, juntamente com os outros bispos, é responsável pela missão apostólica da Igreja” (DMd XV, 3; cf. CD 4 e 6). Também a Conferência Episcopal (nacional) “deve desenvolver sua atividade dentro de uma autêntica Pastoral de Conjunto” (XV, 3).

Chama a atenção o fato de que o documento estabelece forte elo entre Pastoral de Conjunto e Planejamento Pastoral: “A Pastoral de Conjunto [...] exige [...] uma ação pastoral devidamente planejada de acordo com o processo de desenvolvimento da América Latina” (XV, 3). Os bispos ressaltam que o planejamento pastoral requer um permanente processo de atualização teológico-pastoral, fundamentado nos documentos conciliares e na teologia vigente; e pedagógico, proveniente de um contínuo diálogo apoiado na dinâmica de grupo e na revisão da ação levada a efeito pelas equipes de pastoral, tendendo a criar um autêntico

sentido comunitário, sem o qual é totalmente impossível uma genuína Pastoral de Conjunto (XV, 3).

Mas já é dado um alerta, quando os bispos mencionam a seguinte situação: “Casos de aplicação incorreta da Pastoral de Conjunto ou da Planificação, seja por improvisação ou incompetência técnica, seja pela excessiva valorização dos ‘planos’, seja por uma concepção demasiado rígida e autoritária de sua realização” (XV, 1).

Nas últimas décadas, o planejamento pastoral, especialmente nas comunidades e paróquias, com raras exceções, tem sido abandonado. De fato, em nível popular, uma excessiva “tecnicalidade” no planejamento não funciona. Comunidades cristãs não são empresas. No entanto, não estabelecer nunca algumas metas e alguns caminhos para atingi-las fatalmente levará os grupos atuantes das nossas comunidades e paróquias à “pastoral da mesmice”. Voltar ao planejamento é a condição indispensável para sair do marasmo pastoral em que nos encontramos.

Conclusão

Medellín: esquecer ou reviver? Diante do exposto, não pode haver dúvida. É preciso revivê-lo, especialmente no que se refere aos cinco pontos mencionados. Não se trata de atitude saudosista ou simples volta ao passado. Trata-se de retomada das grandes inspirações do Concílio Vaticano II, maravilhosamente traduzidas para nosso continente pelo *Documento de Medellín*. Jesus não nos legou uma Igreja estruturada, apenas nos legou seu Espírito. A nova eclesiologia do Vaticano II, a do Povo de Deus – em comunhão –, permite a existência de muitos rostos. O *Documento de Medellín*, pela primeira vez, traçou o rosto da Igreja latino-americana. Talvez o Brasil tenha sido o país que o acolheu da forma mais fiel. Teremos tudo a ganhar ao não esquecer-lo. Observa o documento, na sua introdução: “A hora atual não deixou de ser a hora da *palavra*, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da *ação* (grifo nosso)”. ●

Roteiros homiléticos

Também na internet:
vidapastoral.com.br

*Irmã Rita Maria Gomes, nj, é natural do Ceará, onde fez seus estudos em Filosofia no Instituto Teológico e Pastoral do Ceará (Itep), atual Faculdade Católica de Fortaleza. Possui graduação, mestrado e doutorado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), onde leciona Sagrada Escritura. É membro do Instituto Religioso Nova Jerusalém, que tem como carisma o estudo e o ensino da Sagrada Escritura.
E-mail: ritamarianj@gmail.com



Rita Maria Gomes*

22º Domingo do Tempo Comum
2 de setembro

“Senhor, quem morará em vossa casa?” (Sl 14,1)

I. Introdução geral

Na liturgia deste dia, o Senhor nos convida a manter uma relação de intimidade com ele, à qual somos chamados desde a criação. Essa relação tornou-se frágil a partir do desvio do ser humano no jardim do Éden, e por isso o convite divino é recorrente. Tudo nesta liturgia está voltado para essa relação, seja para reforçá-la, seja para quebrá-la: desde a doação da Lei em Dt 4,1-2.6-8 até a polêmica do evangelho (cf. Mc 7,1-8.14-15.21-23) e, posteriormente, a prática de vida da Igreja (cf. Tg 1,17-18.21b-22.27). No evangelho, após a controvérsia com os fariseus e os



mestres da Lei, Jesus chama para perto de si a multidão a fim de dirigir-lhe uma palavra, um ensinamento. Toda a história da salvação é constante chamado de Deus à escuta de sua Palavra. É de Deus a iniciativa de entrar em diálogo com o ser humano e de caminhar com ele. A este cabe a escuta, que, longe de ser um ato passivo, exige atenção, exame, discernimento, obediência, mas, antes, é convite a uma relação e por isso implica compromisso, engajamento. Cada leitura desta liturgia revela um aspecto da relação do ser humano com seu criador, mas em todas elas o fundamento dessa relação é a escuta obediente a Deus.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Dt 4,1-2.6-8

O Deuteronômio é constituído por uma série de discursos de Moisés, antes de sua morte, enquanto os israelitas estavam no limiar da terra prometida. Esses discursos consistem em um plano de ação, uma instrução que deveria conduzir a vida do povo após a entrada na terra. Tal entrada configura um matiz imprescindível, porque é ponto de chegada, é concretização da promessa que orientou toda a caminhada de Israel.

Assim, após breve evocação histórica da caminhada feita até então, Israel é exortado a observar a Lei do Senhor. Esse olhar retrospectivo sobre a salvação realizada por Deus em favor de seu povo, tirando-o do Egito, da terra da escravidão, abençoando-o, acompanhando-o pelo deserto, estando com ele (cf. Dt 2,7), é o fundamento das palavras que serão ditas, as quais Israel deve escutar e guardar. Também a entrega da Lei é ato salvífico, pois de sua observância depende a vida e a posse da terra (Dt 4,1).

As leis, decretos e mandamentos são dom de Deus para seu povo. Palavra a ser acolhida, guardada e praticada, pois nela a comunidade israelita se reconhece e por ela são reconhecidas, perante os outros povos, sua sabe-

doria e inteligência. Israel é o povo eleito, escolhido por Deus por sua benevolência e amor misericordioso (cf. Dt 6,7-8). Assim, a eleição de Israel é, ao mesmo tempo, dom e tarefa, acompanhada da missão de manifestar e tornar conhecido seu Deus entre os povos.

2. Evangelho: Mc 7,1-8.14-15.21-23

O evangelho é marcado pela discussão entre Jesus e os fariseus e mestres da Lei acerca do que é puro e impuro. Aqui, o atrito está relacionado às práticas alimentares, tal como em Mc 2,15-17, quando questionam a atitude de Jesus de comer com os pecadores. No entanto, é a prática dos discípulos, que não se comportam segundo as tradições dos antigos e comem o pão com as mãos impuras (v. 5), o objeto do questionamento e, conseqüentemente, a atuação de Jesus como mestre.

Em contrapartida, Jesus mostra que a vontade de Deus supera as tradições humanas, repudia a hipocrisia de sua piedade legalista e apresenta a verdadeira fonte da pureza e da impureza, o coração humano, que para o mundo semita era lugar da razão e da consciência. Jesus evoca a profecia de Isaías para dirigir-se aos seus interlocutores: “me honra com os lábios, mas seu coração está longe de mim” (Is 29,13).

Os fariseus e os mestres da Lei acusam os discípulos de Jesus de não seguir a tradição dos antigos. Jesus, de sua parte, acusa-os de ter abandonado o mandamento de Deus. Desse modo, o culto e a doutrina deles são práticas externas e vazias. A noção de pureza e impureza, antes ligada ao culto, é compreendida e apresentada por Jesus com base em um matiz ético e espiritual, sendo puro o que corresponde e se ajusta à vontade de Deus e impuro, as coisas más, o que está em desacordo com ela.

3. II leitura: Tg 1,17-18.21b-22.27

O ser humano é fruto da vontade deliberada de Deus, como tão bem expressa o sig-



nificativo “façamos” de Gn 1,26. É criado à imagem de Deus e chamado a relacionar-se com ele. Pela Palavra, o ser humano foi criado e, pela acolhida da Palavra, é salvo, realiza sua vocação e identidade mais profunda.

À Palavra de Deus o cristão deve responder com a escuta ativa. A proposta dessa Palavra diz respeito à pessoa integralmente, exige total comprometimento. A religião pura e sem mancha combina a escuta da Palavra e sua efetivação nas boas obras. A pureza exigida pelo culto é a do amor e da prática da justiça, sobretudo para com os mais necessitados.

III. Pistas para reflexão

A Igreja no Brasil, desde 1971, dedica o mês de setembro à Palavra de Deus. É oportuno questionarmo-nos sobre o modo pelo qual nos relacionamos com essa Palavra. A recorrência, na liturgia, do uso dos imperativos dos verbos ouvir (cf. Dt 4,1), guardar, pôr em prática (cf. Dt 1,6), receber a Palavra (cf. Tg 1,21b), praticar (cf. Tg 1,22) e, por último, escutar e compreender (cf. Mc 7,14) pode nos ajudar nessa tarefa.

O convite à escuta permeia toda a Bíblia. Abre a confissão de fé do povo de Israel: “Ouve, ó Israel...” (Dt 6,4). No entanto, nas Sagradas Escrituras, esse imperativo ultrapassa o sentido de escutar, dar ouvidos, prestar atenção, pois exige compromisso e engajamento. Evoca a ação do próprio Deus, que ouviu o grito do seu povo e desceu a fim de libertá-lo (cf. Ex 3,7-8). É a escuta autêntica da Palavra a base para a experiência, para a relação com Deus e para o conhecimento de seu projeto para a humanidade. A escuta autêntica tem como consequência imediata a fé, uma resposta à autocomunicação de Deus, que toma a iniciativa de pôr-se em diálogo com o ser humano e revelar-se a si mesmo e o mistério de sua vontade (cf. DV I, 2).

Devemos, pois, considerar que a Palavra que acolhemos tem consequências históricas, desperta o amor e o engajamento em favor

dos outros; a dedicação a uma causa, ainda que pareça não dizer respeito a quem nela se empenha; a força para encarar o sofrimento e os males do mundo como desafio; a criatividade para identificar o que pode ser feito para modificar a situação; a alegria e a esperança apesar do sofrimento. A fé possibilita que alguém livremente aja de modo mais humano, realizando assim o propósito do Pai, que nos gerou para sermos como que as primícias de suas criaturas (cf. Tg 1,18).

Após ponderar, na discussão com os fariseus e mestres da Lei que o questionavam, sobre o abandono do mandamento de Deus por parte deles, Jesus dirige-se à multidão, declarando que o que torna impura a pessoa é o que sai de seu coração. As práticas culturais, as doutrinas e a religiosidade vazia dos acusadores de Jesus e de sua comunidade estavam relacionadas a seu coração distante de Deus (cf. Mc 7,6). Cabe a cada um de nós e todos juntos perguntarmo-nos se temos permitido que a Palavra de Deus aja em nosso coração, de modo que essa experiência nos transforme, nos entusiasme, a ponto de que nosso existir, como autênticos discípulos de Jesus, seja revelador da esperança que nos move. Cabe examinarmos honestamente a nossa vida de fé e pensar se o Deus em quem cremos é o Deus de Jesus Cristo, que está verdadeiramente empenhado na salvação do ser humano.

23º Domingo do Tempo Comum
9 de setembro

“Bendirei ao Senhor toda a vida!” (Sl 145)

I. Introdução geral

A comunidade cristã reconheceu em Jesus o Deus que vem para salvar o seu povo



(cf. Mt 1,21). O encontro com Jesus, a quem somos chamados a seguir, restaura em nós a abertura a Deus e aos irmãos. Em Jesus, cada ser humano foi criado e predestinado a ser filho de Deus, a experimentar seu amor sem medida e a responder com obediência livre.

Essa obediência livre significa que assumimos uma relação com Deus que é mediada pelas nossas relações fraternas. Por isso, tal relação deve conduzir-nos ao compromisso pela vida e bem-estar de todos, especialmente dos mais pobres e necessitados, destinatários privilegiados da ação de Deus (Is 35,4) e de Jesus (Mc 7,31).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 35,4-7a

O trecho do profeta Isaías é um sopro de esperança aos que estão desanimados. Pertence ao pequeno bloco apocalíptico de Isaías, capítulos 34 e 35. No primeiro, há o julgamento das nações; no segundo, uma promessa de salvação aos abatidos e desamparados relacionada ao retorno do povo de Israel do exílio, uma palavra de ânimo e de encorajamento à espera da vingança de Deus, de sua recompensa (v. 4).

Deus mesmo vem para salvar. E sua salvação se manifesta restaurando a criação: abrindo os olhos dos cegos, os ouvidos dos surdos; fazendo saltar os coxos e desatando a língua dos mudos; fazendo brotar água no deserto e torrentes na terra vazia; transformando em fontes de água a terra sedenta. Como no princípio, Deus realiza coisas maravilhosas!

O homem bíblico professa a sua fé no Deus criador e libertador. Acredita que a criação foi querida por Deus e que ela manifesta sua onipotência e bondade. E é esse Deus, anuncia o profeta, que vem para salvar (v. 4). Assim, esta primeira leitura é um convite à esperança, é um lembrete de que Deus não abandonou sua obra, mas se interessa por ela e continua seu ato criador. Como

cantamos no salmo responsorial: o Senhor é fiel para sempre.

2. Evangelho: Mc 7,31-37

Em território pagão, além de curar a filha da mulher siro-fenícia (7,24-30) e multiplicar os pães (8,1-10), a segunda deste evangelho, Jesus cura um surdo-gago. O autor do Evangelho de Marcos fala da atividade de Jesus fora da terra de Israel. Sua fama o precedera, e trouxeram-lhe um homem surdo, que falava com dificuldade, pedindo-lhe que lhe impusesse a mão (v. 32).

Jesus conduziu-o para fora da multidão, pôs os dedos em seus ouvidos e, com a saliva, tocou-lhe a língua (v. 33), gestos que anunciam e significam o reconhecimento de quem era aquele homem, da sua peculiaridade, ele não era mais um em meio à multidão. O evangelista já havia anunciado que Jesus impunha as mãos sobre os doentes (6,5), mas os gestos descritos aqui são bastante específicos. Erguendo os olhos para o céu, ele suspira (v. 34), como em oração. E diz: “Efátá!” E o homem começou a ouvir e a falar sem dificuldade (v. 35).

O homem curado em um território pagão é sinal da salvação ofertada a todos. Tendo em vista a comunidade à qual se dirige, o evangelista responde à questão da posição dos pagãos na comunidade cristã. No entanto, o surdo-gago é metáfora do ser humano fechado a Deus, incapaz de ouvir sua Palavra e de louvá-lo, de relacionar-se com ele. Na profecia de Isaías, a abertura dos ouvidos era uma promessa-sinal da chegada de Deus para salvar o seu povo. Assim, faz todo sentido o imperativo “Abre-te!”.

Jesus recomendou-lhe com insistência que não falasse a ninguém sobre a cura, o que faz parte do projeto do evangelista, com seu artifício de manter o suspense sobre a pessoa de Jesus até a ressurreição (8,31). No entanto, a ordem de segredo era impraticável. O homem fora curado de sua incapacidade.



dade de ouvir e falar. E isso revela a identidade de Jesus: aquele que cumpre o que os profetas anunciaram (cf. Is 3,5-6). A exclamação conclusiva reconhece a realização dessas promessas e, ainda, expressa a relação de Jesus com o Criador, que realiza grandes feitos pela Palavra e fez bem todas as coisas (cf. Gn 1).

3. II leitura: Tg 2,1-5

A segunda leitura é uma homilia, estruturada em torno de um preceito: a fé cristã não deve admitir acepção de pessoas. Há um exemplo, uma situação descrita com riqueza de detalhes, muito fácil de ser imaginada por qualquer interlocutor daquele tempo e de nossos dias, e um questionamento sobre o que sabem sobre Deus e seu projeto salvífico.

O autor da carta de Tiago exorta seus leitores a não tratar de modo diferente e segundo os próprios critérios os irmãos, mas a agir como Deus, que não faz acepção de pessoas (cf. Dt 10,17; Rm 2,11). Aqui, a diferenciação não se dá entre judeus e pagãos, como no evangelho, mas entre pobres e ricos. Olhando para a práxis de Jesus, a comunidade é convidada a romper as fronteiras que separam os irmãos unidos pela mesma fé. O questionamento sobre Deus e sua preferência pelos pobres deste mundo (v. 5) – declarados por Jesus “bem-aventurados” (Mt 5,1-12) –, deve repercutir também na vida da comunidade reunida em seu nome.

III. Pistas para reflexão

“Ele tem feito bem todas as coisas: aos surdos faz ouvir e aos mudos falar” (v. 37). Essa era a declaração dos que testemunharam a cura do surdo-gago. A vida de Jesus suscita admiração, chama a atenção pelo modo como age e se relaciona com o Pai e com as pessoas.

Sua relação com o Pai era marcada pela confiança, pela oração, pela obediência e pela liberdade. Sua relação com as pessoas fundamentava-se na lucidez sobre sua missão e na consciência de que cada ser humano é chamado a ser filho de Deus – uma dignidade

inalienável, a mesma que Jesus assumiu e experimentou em toda a sua vida. Ele anunciava a chegada do Reino de Deus, categoria usada para pensar e exprimir o desejo, o querer de Deus desde a criação, e realizava milagres, manifestação plena da proximidade desse Reino. Deus vem para a humanidade!

O cristão, discípulo de Jesus, também é chamado a viver essa relação com o Pai e com os irmãos. No evangelho, acompanhamos Jesus em sua caminhada fora do território de Israel, realizando sua missão de proclamar a chegada do Reino também entre os pagãos. A cura do surdo-gago é sinal de que, em sua vida, Jesus comunicou a novidade divina, revelando o Deus interessado no ser humano e o humano aberto a Deus e aos outros. O homem que outrora era surdo e gago é imagem do discípulo, cuja vida, após o encontro com Cristo, é anúncio e sinal da salvação realizada por Deus.

O encontro com o Senhor deve reorientar nossa vida e nossos valores. Cabe avaliarmos se tal experiência é capaz de modificar nossa vida a ponto de sermos contagiados por tamanha entrega, fé e confiança no Pai, mas também pelo amor, comprometimento, doação e serviço aos nossos irmãos.

24º Domingo do Tempo Comum

16 de setembro

**“Andarei na
presença de Deus,
junto a ele, na
terra dos vivos”
(Sl 114)**

I. Introdução geral

A celebração deste dia chama nossa atenção para o olhar constante, cuidadoso e mise-



ricordioso de Deus sobre cada ser de sua criação e, de modo muito particular, sobre o ser humano. Ao mesmo tempo, esta celebração é muito marcada pela imagem do Messias sofredor (cf. Mc 8,31), em consonância com o Servo de YHWH de Isaías (cf. Is 50,6), mais conhecido como “servo sofredor”.

Assim, para bem aproveitarmos esta liturgia, precisamos ter a certeza, expressa pelo salmista, de que “andamos na presença de Deus, junto a ele” em todas as vicissitudes de nossa existência. É basicamente isso que nos falam as leituras deste domingo.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 50,5-9a

A primeira leitura pertence ao chamado Livro da Consolação (cf. Is 40-55), que anuncia a restauração de Israel após o exílio babilônico. Nesse livro, estão inseridos os chamados Cânticos do Servo, nos quais aparece a imagem do perfeito servo de YHWH, usada pela primeira comunidade cristã para falar de Jesus e de sua missão. Para Israel, o exílio representou uma época tenebrosa, de violenta perseguição, mas também ocasião de descoberta de sua identidade e vocação.

O texto sobre o qual refletimos corresponde ao terceiro Cântico do Servo, que, tendo ouvidos abertos à Palavra, confia plenamente no Senhor (v. 5). Ainda que em meio à angústia e à opressão, apesar ter sido maltratado, ele sabe que o seu Auxiliador irá salvá-lo, por isso não desanima. O Senhor é quem cuidará de sua causa e o defenderá, e ele não sairá humilhado. Toda sua confiança está posta em Deus.

2. Evangelho: Mc 8,27-35

Jesus é o Cristo, o Messias, o Ungido de Deus. Foi desse modo que os primeiros cristãos elaboraram a sua experiência. A confissão de Pedro é uma resposta ao questionamento dos leitores de Marcos: “Quem é este

homem” (4,41) que ensina nas sinagogas e expulsa os demônios (cf. 1,39), que se retira para lugares desertos (cf. 1,45), que anuncia a Palavra às multidões (cf. 2,2), que cura os enfermos (cf. 3,7-20), que é reconhecido pelos espíritos impuros (cf. 5,7), cujas obras suscitam espanto (cf. 5,20.42), também nos seus discípulos (cf. 6,51), porque estavam como que cegos e surdos (cf. 8,14)?

Depois de curar o cego em Betsaida, no caminho para Cesareia de Filipe, Jesus pergunta aos seus: “Quem dizem os homens que eu sou?” (v. 27). E, diante das respostas dos discípulos sobre as numerosas suposições a seu respeito, pergunta-lhes diretamente, como se exigisse uma tomada de posição: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (v. 29).

A confissão de Pedro é a resposta da Igreja: “Tu és o Cristo” (v. 29). Ela suscita, além da ordem de silêncio (v. 30), o primeiro anúncio da paixão (v. 31). No Evangelho de Marcos, chama a atenção o fato de Jesus impor sigilo sobre quem é e sobre o que faz (cf. 1,41-45; 5,37; 7,36; 8,26). No evangelho de hoje, ele esclarece que não há como separar sua identidade da maneira como deve realizar sua missão: o Filho do homem deve sofrer muito, ser rejeitado, ser morto e ressuscitar ao terceiro dia (v. 31).

A declaração de Jesus soou estranha aos ouvidos dos discípulos, pois não condizia com as ideias de glória e esperança de exaltação que a espera messiânica provocava. Pedro, que há pouco tinha professado a fé, tenta dissuadi-lo (v. 32b). Voltando-se para seus discípulos, Jesus o repreende, dizendo-lhe que não pensa como Deus, mas como os homens (v. 33).

Jesus revela a incompreensão de Pedro e exige que retome o lugar de discípulo, atrás do Mestre, seguindo-o pelo caminho. E, para não restar dúvida, explicita que o discipulado exige a renúncia de si, a tomada da cruz e o seguimento, ou seja, a disposição de acompanhá-lo a ponto de perder a própria vida (vv. 34-35).



3. II leitura: Tg 2,14-18

A fé cristã pede compromisso, exige a coragem de entregar o próprio ser e de comprometer a vida em favor dos outros. O autor da carta de Tiago critica os que dizem ter fé, mas não a põem em prática. É pelos atos que a fé se mostra. Sem a prática, sem a obediência à Palavra de Deus expressa em atos concretos em cada aspecto da vida, a fé é morta (v. 17).

O autor faz uso de exemplos da vida cotidiana como argumento para sua tese: um irmão ou irmã que não têm o que comer ou vestir (v. 15), situações diante das quais os cristãos devem responder ao amor gratuito de Deus e corresponder a ele, amando o próximo como Deus os ama, sobretudo os pobres, em quem se devem reconhecer os traços sofredores de Cristo (cf. Mt 25,41.45). As obras que demonstram uma fé viva também tornam crível a nossa fé nos tempos que correm.

III. Pistas para reflexão

A confissão de fé feita por Pedro (cf. Mc 8,29) é antecedida pela cura do cego de Betsaida (cf. 8,22-26) e seguida pelo primeiro anúncio da paixão e pela exposição das condições para o seguimento (cf. 8,31-35). A cura do cego de Betsaida é, na verdade, a cura do discípulo, de seu medo e de sua incredulidade, para que, enfim, fosse capaz de entender quem é Jesus.

Os discípulos caminhavam com Jesus, por ele foram chamados e partiram em seu seguimento (cf. 1,16-20). No entanto, esperavam um messias político, que restaurasse o reino de Israel como nos tempos do rei Davi. Em contrapartida, Jesus é rejeitado e morre como um malfetor, crucificado. É reconhecido por sua mansidão, pregava o mandamento do amor a Deus e ao próximo, o perdão, a humildade, o serviço aos irmãos e a oração pelos inimigos. Nesse sentido, a figura do Servo de YHWH de Isaías é fundamental para a compreensão de seu messianismo: é um escolhido de Deus (cf. Is 42,1), não usará da violência

(cf. Is 42,2-3), confia em Deus, mesmo em meio ao sofrimento, porque ouve sua Palavra (cf. Is 50,5) e dá a vida pela multidão (cf. Is 52,14; 53,2ss).

A vida de Jesus manifesta sua experiência de confiança no Pai, motivo da entrega total de si próprio. Assumindo-se como servo até as últimas consequências, o Filho de Deus revela o sentido da vida humana, pautada na confiança em Deus e na entrega em favor dos irmãos (cf. Mc 14,24).

Uma vida toda entregue a Deus é sinal de que o cristão acolheu o amor divino, que o acompanha em todos os momentos da existência, e não apenas nos momentos de exaltação. Deus está junto de cada um de nós na exaltação e na humilhação, ou seja, nos momentos felizes e também nos momentos difíceis de nossa vida. Ele caminha junto a nós na terra dos vivos.

25º Domingo do Tempo Comum
23 de setembro

“É o Senhor quem sustenta a minha vida!” (Sl 53)

I. Introdução geral

Na liturgia deste dia, somos convidados à confiança total em Deus, que é Pai e, como tal, cuida de seus filhos, orienta-os na condução da vida e não os abandona nas mãos dos malvados. A experiência do justo perseguido pelos ímpios, na primeira leitura, e a de Jesus, no evangelho, chamam nossa atenção para as ideias que fazemos sobre “não abandono” e “cuidado” da parte de Deus, motivando-nos a ter nova compreensão da ação de Deus para com seus filhos justos e fiéis.

Na segunda leitura, a experiência das pri-



meiras comunidades revela que ainda não sabemos nos conduzir como filhos de Deus, não sabemos viver o mandamento por excelência – o amor a Deus e ao próximo como a nós mesmos –, e, por isso, nossa existência ainda não é testemunho da justiça e do amor divino. O seguimento confiante do Cristo é nossa esperança de chegar a ser verdadeiras testemunhas.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Sb 2,12.17-20

Na primeira leitura, temos um fragmento do discurso dos ímpios (cf. Sb 2,1-20), no qual apresentam sua maneira de compreender a vida e elencam os argumentos que justificam seu modo de proceder. Como atribuem sua vida ao acaso e esperam que a morte seja um ponto final de sua existência (v. 2), decidem desfrutar as boas coisas do tempo presente (v. 6). No entanto, não agem conforme a justiça. Antes, levam uma vida de excessos, embriagam-se (v. 7), entregam-se a orgias (v. 9), oprimem o pobre, a viúva e o ancião, ainda que sejam justos (v. 10), fazem valer a sua força sobre os mais fracos (v. 11).

A esse modo cruel e desumano se opõe o justo, aquele que observa fielmente os mandamentos e preceitos do Senhor. Por isso, faz parte do programa de vida dos ímpios armá-lhes ciladas, já que a existência deles lhes causa incômodo, reprova suas atitudes, denuncia suas transgressões (v. 12). A perseguição ao justo tem como finalidade pôr à prova sua confiança em Deus. Ao mesmo tempo, essa perseguição é uma provocação ao Deus de quem ele espera a visita libertadora (v. 18), já que o ato de importunar e molestar o justo nem sequer é acompanhado da suspeita de que Deus virá em sua defesa e punirá o perseguidor, embora isso seja declarado ironicamente.

O ímpio não acredita em Deus, não aprova e até ridiculariza a conduta do justo, porém, em seu discurso, este é descrito como

alguém que se sabe filho de Deus, como alguém que confia e espera nele, como alguém cuja vida, pautada pela fé, repreende o procedimento do ímpio. Ainda assim, sofre perseguição, é ofendido, torturado e condenado a morte vergonhosa. O autor do livro da Sabedoria dirá, posteriormente, que os ímpios estão enganados, que estão cegos pela própria maldade (v. 21). Os justos, no entanto, embora experimentem o fracasso aparente, têm a vida guardada nas mãos de Deus (cf. Sb 3,1).

2. Evangelho: Mc 9,30-37

Enquanto atravessavam a Galileia, Jesus ensinava seus discípulos. O conteúdo do ensinamento era o anúncio de sua paixão, morte e ressurreição. Jesus fala de si como o Filho do homem, que, entregue nas mãos dos homens e morto, ressuscitará ao terceiro dia. Contudo, se, após o anúncio no caminho de Cesareia de Filipe, em Mc 8,32, Pedro pôs-se a recriminá-lo, no evangelho deste dia os discípulos seguem sem nada compreender e ainda receosos em perguntar (cf. Mc 9,32).

O segundo anúncio da paixão (cf. Mc 9,30-32) é acompanhado pelas exigências e consequências do seguimento de Jesus (cf. Mc 9,33-37). Estando em casa, Jesus indaga dos discípulos sobre o que conversavam pelo caminho. Uma vez mais permanecem quietos. Desta vez, o motivo já não é a incompreensão, mas o fato de estarem em conflito, discutindo sobre quem é o maior.

Ao perguntarem quem é o maior, os discípulos deixam entrever suas rivalidades e ambições, bem como sua incompreensão do Reino. Em face disso, Jesus prossegue o seu ensinamento. Senta-se, chama-os, e as palavras que lhes dirige esclarecem que não devem se preocupar com o primeiro lugar, mas com o último. Pois é ali, a serviço de todos, que deve estar aquele que pretende ser o primeiro. Grande, no Reino, é aquele que serve (v. 35).

Num gesto simbólico, Jesus pega uma criança, coloca-a no centro do grupo e a



abraça, enquanto continua seu ensinamento. A criança, tanto para a cultura judaica quanto para a greco-romana, era símbolo de impotência e insignificância, não tinha poder de decisão nem influência; também evoca o ato de voltar-se para Deus e contar com seu cuidado e socorro. Além disso, sinaliza a abertura à formação, é metáfora para o discípulo, que deve ser capaz de aprender com o Mestre, de se deixar moldar. A criança é proposta como parâmetro e como objeto de acolhida. É apresentada aos discípulos como alguém que nada lhes pode oferecer. Desse modo, Jesus fala aos discípulos sobre o serviço gratuito e desinteressado.

Enquanto a atitude deles era de reserva e fechamento, guardando para si suas incompreensões e inquietações, a criança deixa-se tocar, conduzir e abraçar por Jesus. Da mesma maneira, os discípulos devem deixar-se tocar pelo Senhor, aprender com ele. E, como é próprio daqueles que se deixam tocar pelo Senhor, pôr-se a serviço (v. 31).

3. II leitura: Tg 3,16-4,3

Na segunda leitura, o autor da carta de Tiago contrapõe duas situações: a primeira é uma realidade em que reina a desordem, a segunda é guiada pela sabedoria. As causas da desordem são a inveja e a rivalidade, presentes na comunidade cristã já entre os primeiros discípulos, que discutiam entre si sobre quem era o maior (cf. Mc 9,34). A ambição e a luta pelo poder entre os membros da comunidade anulam a possibilidade da harmonia entre os irmãos, comprovam que já não se deixam guiar pela sabedoria que vem do alto (cf. Tg 3,17) nem pelo ensinamento de Jesus (cf. Mc 9,35).

Os conflitos na comunidade têm raízes nas paixões desordenadas de seus membros, que servem apenas a si próprios, cobiçam, cultivam inveja, matam e fazem guerra. E, mesmo quando oram, sua prece não é atendida, por ser permeada pelo egoísmo e pela

hipocrisia. Em contrapartida, o fruto da justiça é semeado para aqueles que promovem a paz (cf. Tg 3,18). A sabedoria é dom de Deus, que a concede generosamente a todos os que o pedirem (cf. Tg 1,5), e é reconhecida pelos frutos que produz: é pura, pacífica, indulgente, pacificadora, cheia de misericórdia (cf. Tg 3,17). Tais características aplicam-se também ao ser humano que a ela se ajusta.

III. Pistas para reflexão

O anúncio da paixão comporta um resumo da fé dos primeiros cristãos: o Filho do homem foi entregue nas mãos dos homens, eles o mataram e, após três dias, ressuscitou. Essa construção, posta pelo evangelista, como prolepse, na boca de Jesus, evoca a compreensão que o Mestre tinha de seu destino. Ele, justo, entregue nas mãos dos ímpios, sofre perseguição e morte, pois desejam calar-lhe a voz, pondo fim à sua vida, a qual denuncia seus crimes e transgressões (cf. Sb 2,12).

Jesus é o justo obediente que cumpre inteiramente a vontade de Deus (cf. Mt 3,15) e que é perseguido, como foram, antes dele, os profetas, por causa de sua fidelidade a Deus. Ele é o servo de Deus que entregou a vida em favor de muitos (cf. Mc 10,45). É o enviado de Deus, ungido por ele, que convida cada discípulo a renunciar a si mesmo e, tomando sua cruz, segui-lo (cf. Mc 8,34); que ensina que, como ele, cada discípulo deve se pôr a serviço de todos (cf. Mc 9,35).

Os judeus esperavam um messias político; Jesus, no entanto, ensina, com sua vida, a confiar no Pai, a assumir a vontade de Deus e ajustar-se a ela, ainda que isso suscite o ódio dos maus e desperte perseguições, ainda que isso signifique ser ridicularizado, ofendido, torturado e morto. O justo tem o seu olhar voltado para a eternidade, a qual não começa após a morte, mas diz respeito a uma vida cheia de plenitude e significado que começa aqui e agora. O justo sabe que é perseguido por sua fidelidade a Deus e à sua justiça. Tor-



na-se conhecido por suas obras (cf. Lc 6,44).

A vida de Jesus, posta a serviço, é escola para os seus discípulos, que devem sair de seu fechamento, abandonar suas atitudes egoístas, suas invejas e rivalidades, e tornar-se exemplo de uma vida conforme com a vontade de Deus.

26º Domingo do Tempo Comum

30 de setembro

“A lei do Senhor Deus é perfeita, alegria ao coração” (Sl 18)

I. Introdução geral

A liturgia deste dia nos convida a viver na graça da liberdade e gratuidade, bem como na justiça, dons de Deus. A primeira leitura e o evangelho orientam para a liberdade que vem do próprio Deus, o qual concede seus dons a quem lhe apraz e ensina, desse modo, o que espera de seu povo: viver segundo seus desígnios, sem compreender-se possuidor de Deus (cf. Nm 11) nem do Cristo (cf. Mc 9) e, principalmente, sem usurpar o direito dos pobres. O salmista nos recorda que a lei do Senhor é perfeita, ou seja, justa e reta, e, por isso mesmo, alegra o coração. É com base na liberdade e na justiça e retidão divina que não se pode aceitar um modo de proceder injusto (cf. Tg 5).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Nm 11,25-29

Moisés sentia-se sufocado pelos inúmeros problemas que tinha de resolver todos os dias. O Senhor então lhe promete um conselho de setenta anciãos, para ajudá-lo a conduzir o povo através do deserto (cf. Nm 11,17).

Os anciãos, recebendo a porção do espírito que Moisés possuía, puseram-se a profetizar (cf. Nm 11,25), ou seja, entraram em êxtase e falavam em nome de Deus, como acontece também em 1Sm 10,5-12 e 19,20-21. O transe profético atestava a presença do espírito de Deus na comunidade e, assim, suscitava entusiasmo, ardor, piedade e devoção. Tal acontecimento, embora caracterizasse o fenômeno profético na sua origem, não consistia em um elemento essencial e indispensável, a julgar pela experiência do próprio Moisés, de quem fora tirada uma parte de seu espírito para ser repartida entre os setenta anciãos, mas, ao que se pode verificar, não viveu o êxtase aqui descrito.

Haviam permanecido no acampamento dois homens que tinham sido escolhidos para formar parte do conselho e deveriam estar com os demais em torno da tenda. E, onde estavam, começaram a profetizar. Isso indica que o dom do espírito é dado por Deus a quem ele escolheu e esse dom não está ligado a um lugar determinado. Deus é livre e concede seus dons a quem quer, onde e quando quer. Não age segundo os nossos critérios, mas conforme sua bondade.

Josué era ajudante de Moisés e não admitia que os dois homens recebessem a porção que lhes cabia do espírito profético, pois não estavam junto ao grupo dos anciãos. Reclama o uso exclusivo do dom, como se este fosse um prêmio ou um título de honra oferecido a um grupo de privilegiados, como se não implicasse um serviço a todo o povo, em vista de quem o espírito profético fora concedido. “Quem dera que todo o povo do Senhor fosse profeta” (Nm 11,29). É essa a resposta dada por Moisés a Josué.

Em Jl 3,1-2, o desejo de Moisés se converte em promessa de Deus. O profeta é chamado pelo Senhor e enviado para falar e agir em seu nome. Vive em estreita relação com Deus, de modo que conhece sua vontade e,



assim, tem o compromisso de anunciá-la aos outros. E isso cabe a todos nós.

2. Evangelho: Mc 9,38-43.45.47-48

No texto que precede o evangelho de hoje, Jesus havia dado aos discípulos um ensinamento sobre o serviço: o maior entre eles era o servidor de todos (cf. Mc 9,35). Como Josué, no texto de Nm 11,25-29, João toma a palavra e reporta a Jesus a informação de que pessoas não pertencentes ao grupo dos discípulos expulsavam os demônios em nome do Mestre (cf. Mc 9,38). E, por não seguirem o grupo, haviam sido impedidos de fazê-lo. Isso indica que os discípulos não haviam superado a rivalidade e a sede de grandeza que, pouco tempo antes, haviam sido repreendidas por Jesus.

Ele, contudo, ordena que não proibam e os ensina a agir com tolerância e sabedoria: “Quem não é contra nós é a nosso favor” (v. 40). Pertencer ao grupo dos discípulos não implica privilégio, prestígio e exclusividade. Antes, o grupo dos seguidores de Jesus deve saber sua responsabilidade para com os pequeninos na fé (v. 42) e, principalmente, estar vigilante sobre a própria conduta (vv. 43-48).

Aos discípulos é indicado o caminho da acolhida, tanto da parte deles em relação aos “de fora” como da parte daqueles que os recebem por serem de Cristo (v. 41), pois, acolhendo-os, acolhem a Jesus e, em consequência, Aquele que o enviou (cf. Mc 9,37), e assim não deixarão de ser recompensados. Se a acolhida comporta uma recompensa, a escandalização dos pequeninos – feito mais grave do que a morte por afogamento, na qual o sujeito fica privado de sepultura – também tem consequências. Escandalizar não significa dar mau exemplo nem agir de modo a suscitar revolta, mas pôr obstáculos no caminho de fé das pessoas.

O tema do escândalo abarca também a ocasião da própria queda. Assim, tais oca-

siões devem ser extirpadas de uma vez por todas, já que o escândalo é acompanhado pelo risco de perder a vida, de ir para o inferno ou ser jogado nele (vv. 43.45.47). O imperativo de amputar a mão, o pé ou o olho é hiperbólico. Acentua a gravidade do escândalo e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma opção radical pelo Reino.

3. II leitura: Tg 5,1-6

No Discurso sobre a Montanha (cf. Mt 5-7), Jesus aconselha o não acúmulo de riquezas aqui na terra, onde a traça e a ferrugem corroem e os ladrões assaltam e roubam (cf. Mt 6,19). Nesta segunda leitura, o autor da carta de Tiago dirige um lamento sobre os ricos que, oprimindo e explorando os pobres, fazem exatamente o oposto do que Jesus havia dito. Sua riqueza está apodrecida, suas vestes carcomidas pelas traças e seu ouro e sua prata, corroídos pela ferrugem (vv. 2-3). Há completo descompasso entre a proposta de vida cristã e a conduta dos ricos.

Temos aqui a denúncia da injustiça dos ricos que não cumprem a Lei de Deus, pela ganância exploram os trabalhadores e fazem valer sua força contra quem não pode se defender; que levam uma vida acintosa e fausta em detrimento dos pobres, cujo trabalho sustenta a boa vida dos seus patrões, de quem não recebem o devido pagamento. No entanto, o grito dos trabalhadores chegou ao ouvido do Senhor (v. 4), como na época em que o povo de Deus era escravo na terra do Egito (cf. Ex 3,7). Foi para que o povo vivesse em liberdade que o Senhor o tirou da terra da escravidão e deu-lhe uma Lei, a fim de não repetirem a atitude dos egípcios, que não criam no Deus de Israel, não o adoravam nem experimentaram sua salvação.

Nesses tempos do fim, o tesouro acumulado testemunhará contra os ricos. Será a prova de sua maldade e injustiça, a prova de que se recusam a obedecer ao mandamento do Senhor. A fé comporta a exigência de uma



solidariedade humana incondicional e inegociável. É inseparável do amor, que se traduz em atos.

III. Pistas para reflexão

A fé em Jesus Cristo significa adesão não apenas ao seu projeto, mas à sua pessoa, à sua vida, às suas escolhas e doação amorosa. Implica a adesão a uma Pessoa plenamente aberta, cuja vida se move a partir de Deus e em direção aos irmãos. Por agir com plena liberdade e abertura, Jesus não admite que seus discípulos privatizem seu nome (cf. Mc 9,39), mas ensina-lhes o caminho da tolerância e da acolhida. Revela-se um Messias que não se deixa manipular, tampouco aceita que o grupo dos seus seguidores se torne uma sociedade fechada, de direitos exclusivos. Antes, exorta-o ao cuidado e à responsabilidade para com os pequenos e para com a própria vida.

A liturgia denuncia as dificuldades dos discípulos em seguir Jesus, em compreender seus ideais, ensinamentos e valores. Eles estão obstinados por ambição e sede de poder e, por isso, não admitem um Cristo que oferece o dom de si até a morte. A atitude de João não é a atitude de um discípulo de Jesus. Deve ser corrigida de imediato, pois ameaça e compromete a plenitude da vida própria do seguimento de Cristo.

O pontificado de Francisco está baseado no projeto de uma Igreja em saída rumo às periferias existenciais, uma Igreja que, renunciando à tentação de viver autocentrada, vai ao encontro, a exemplo de seu Mestre, dos que não fazem parte dela. Uma Igreja aberta ao diálogo, hospitaleira e missionária, cuja vida é constante atitude de saída. Para isso, vale recordar que somos o povo escolhido de Deus cuja missão, no entanto, é ser sal da terra e luz do mundo, anunciar a boa-nova do evangelho a todos os povos. Assim, não há lugar para um pensamento exclusivista e intolerante aos que pensam diferente de nós e/ou não nos seguem.

Somos povo que caminha confiante nas promessas divinas. Que o Senhor nos guarde de não acolher sua mensagem de perdão e misericórdia, não agir conforme a Palavra que recebemos e não nos deixarmos afetar pela vida de Jesus. Que o Senhor nos dê a graça e a coragem de olhar e acolher Jesus, sua vida e sua proposta, tal como ele se revela, e não de acordo com a imagem que dele fizemos.

27º Domingo do Tempo Comum
7 de outubro

**“O Senhor te
abençoe de Sião
cada dia de tua
vida” (Sl 127)**

I. Introdução geral

A liturgia deste dia nos convida a refletir sobre a imagem de Deus no outro humano com quem somos confrontados durante nossa existência terrena. O humano modelado no jardim se reconhece e reconhece a imagem de Deus ao olhar para a mulher. Nesse duplo reconhecimento, que é também distinção, o humano se sabe imagem de Deus, mas não deus. O evangelho chama a atenção para esse momento originário em que o humano se reconhece implicado matrimonialmente pelo amor que liga os cônjuges e vem de seu Criador. Do mesmo modo, Jesus é aquele que, na condição de humano, por sua inteira solidariedade conosco, pode nos mostrar a verdadeira imagem divina e nos conduzir à visão mesma de Deus.

Enquanto nos conduzimos em nossa vida terrena, contamos com o olhar constante e misericordioso de Deus. É isso que nos mostra o salmista quando diz: “O Senhor te abençoe de



Sião cada dia de tua vida”. Assim, contemplamos a imagem de Deus em seu Filho, Jesus Cristo, do mesmo modo que somos convidados a ver essa imagem nos nossos semelhantes, ainda que venha marcada pelos sofrimentos.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Gn 2,18-24

O segundo capítulo do Gênesis discorre sobre a formação do primeiro casal. Isso começa com a criação do humano, formado do pó da terra, o qual, ao receber do Criador o hálito da vida, se tornou um ser vivente (cf. Gn 2,7). O Senhor o colocou no jardim e o encarregou de cultivá-lo e guardá-lo (cf. Gn 2,15). Depois, para não deixar sozinha sua criatura, criou as feras e aves. Contudo, a solidão dela não fora aplacada. O humano necessitava de uma companhia que lhe correspondesse. Os animais podiam acompanhá-lo, mas não dialogar com ele. Diante deles, deu provas de sua autonomia, discernimento e poder, demonstrados por sua capacidade de organizar o mundo pela palavra, como vemos na nomeação dos animais e na determinação de seu lugar no mundo: domésticos, aves do céu e selvagens (v. 20). Estes, como o humano, também foram modelados do pó da terra, contudo não lhe ofereciam a parceria esperada (v. 20).

A resposta à solidão do ser humano foi a criação do seu “face a face”, de sua ajuda adequada, formada não do pó da terra, mas dele mesmo, de seu lado. Ao concluir sua obra, Deus a conduz ao homem, que reconhece a mulher como, ao mesmo tempo, diferente e parte de si, como seu “outro eu”, a parceria esperada, com quem compartilha a identidade e o poder e experimenta a complementaridade. A exclamação expressa sua surpresa e maravilhamento: “osso dos meus ossos e carne da minha carne!” (v. 23). Indica também a inter-relação e a comunhão entre ambos. Ao mesmo tempo, indica o reconhecimento de que, ela sim, era sua companhia esperada.

Imediatamente, chamou-a mulher, porque foi tirada do homem. O jogo com as palavras em hebraico evidencia ainda mais essa correspondência: será chamada *îsha*, porque foi tirada de *îsh*. O autor sagrado explica, no v. 24, que a aprovação e o reconhecimento – por parte do homem – da mulher como seu “outro eu” os levarão a constituir uma relação muito mais forte do que a do humano com a terra, de onde fora formado, e do humano com os outros animais, com quem compartilhava a origem. Ambos, homem e mulher, formarão uma só carne, uma só existência, uma aliança mais forte do que os laços familiares.

A formação do primeiro casal aponta para o Deus criador como a origem do amor conjugal. Ao olhar para a mulher, o homem a vê como parte de si, enxerga a imagem de Deus impressa nela. Isso é muito mais do que saberia ou poderia pedir. O amor conjugal nasce da vontade divina. É dom de Deus.

2. Evangelho: Mc 10,2-16

Jesus continua seu caminho. Deixa a região da Galileia e segue para a Judeia, além do Jordão, ensinando às multidões que se formavam ao redor dele (cf. Mc 10,1). Os fariseus, na tentativa de pô-lo à prova, questionam-no sobre o divórcio, um assunto delicado ainda em nossos dias, perguntando-lhe se é permitido ao homem repudiar sua mulher (v. 2). Note-se que, ao debater sobre o divórcio, os fariseus estão preocupados com a sua legitimidade. Diante disso, Jesus responde, perguntando o que estava prescrito na Lei de Moisés (v. 3). Os fariseus respondem que a Lei de Moisés previa e autorizava o divórcio (cf. Dt 24,1).

Jesus, porém, prossegue o seu ensinamento, denunciando o disfarçado apego à Lei daqueles que fazem uso dela para se afastarem do plano originário de Deus. Em sua resposta, Jesus deixa claro que a carta de repúdio visava remediar as ações que a dureza de coração poderia provocar (v. 6). Nesse caso, a Lei não re-



flete a vontade de Deus, mas visa corrigir ou compensar as perversões humanas. No horizonte de Jesus, está o projeto de Deus. Sua justiça é entendida como correspondência a esse projeto, não como uma aplicação fria e legalista de normas, ainda que estas fizessem parte da Lei dada ao povo como instrução.

Jesus evoca o relato da formação do primeiro casal (cf. Gn 2,18-24) para mostrar que o enlace matrimonial não pode ser concebido como ato legal simplesmente, mas sobretudo como aliança fundada no amor e, por isso, inviolável, fruto da vontade de Deus e do reconhecimento do cônjuge como “outro eu”, com quem realizo, experimento e compartilho uma só existência. Desse modo, pode ser compreendido como expressão do amor de Deus por seu povo.

Apenas entendido como aliança de amor é que o matrimônio poderá sobreviver às crises e aos desafios pelos quais passam os casais. Somente a compreensão do enlace conjugal como aliança de amor que constitui uma única existência levará à compreensão do divórcio como mutilação. Jesus não oferece nova legislação. Ele retoma a profundidade e o sentido do projeto de Deus. Sua vida e seu modo de amar os seus até o fim (cf. Jo 13,1) revelam com que amor devemos amar, e desse modo, amando como Jesus, os cônjuges são capazes de corresponder ao amor de Deus e a seu propósito originário.

Nesse sentido, é compreensível que o texto que segue o ensinamento de Jesus sobre o matrimônio e o divórcio (vv. 2-12) seja o do acolhimento das criancinhas (vv. 13-16), as quais Jesus declara serem paradigma para o discípulo. O Reino pertence aos que são como elas (v. 15). As criancinhas deixam-se abraçar e abençoar por Jesus. E, dessa maneira, são envolvidas por seu amor, deixam-se tocar por sua benevolência. Aprendem dele. São imagem da pureza e da inocência do primeiro casal, que estavam nus, sem reservas

um diante do outro e diante de Deus, e não se envergonham (cf. Gn 2,25).

Os discípulos de Jesus, como as criancinhas, devem estar abertos ao dom de Deus. O matrimônio, mais do que um contrato civil, é dom de Deus para a humanidade e deve ser acolhido como tal, não como um fardo. É juramento sagrado – realizado na presença de Deus – que constitui uma só existência. Por isso, é inviolável (v. 9). É sacramento da aliança de Deus com seu povo.

3. II leitura: Hb 2,9-11

Jesus veio para nós. Viveu sua existência humana em nosso meio e, como qualquer ser humano, foi feito “pouco menor que os anjos”; no entanto, vemo-lo coroado de glória (v. 9), pela sua ressurreição. A morte de Jesus é o cume da encarnação, pela qual se uniu a todos os seres humanos. O Verbo de Deus assumiu nossa humanidade, aceitou viver em nossa condição. Nesse sentido, o Santificador e os santificados descendem de um só. Somos filhos com o Filho, porque ele foi Filho conosco (v. 11).

A morte de Cristo foi desconcertante e constrangedora, fato que seus discípulos tiveram de elaborar, tanto para compreendê-lo melhor como para anunciar o evangelho aos demais. O autor de Hebreus anuncia que Jesus experimentou a morte para salvar a todos. Sua vida inteira – encarnação, paixão, morte e ressurreição – é palavra de Deus a nos instruir e nos conduzir à comunhão com ele. É dom de Deus, palavra inesperada, que ultrapassa nossas expectativas e surpreende as nossas esperanças.

III. Pistas para reflexão

A fé bíblica afirma que o ser humano é imagem e semelhança de Deus. Tal característica não diz respeito a uma qualidade presente no corpo, mas está impressa no ser humano em sua liberdade e “relacionalidade”, na sua capacidade de amar. Somos chamados



pela liturgia deste dia a reconhecer que Deus não nos abandonou à própria sorte. Antes, ajudou-nos com sua misericórdia, considerando nossa debilidade e dando-nos mais do que merecemos e pedimos.

“Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2,18). A solidão do ser humano teve como resposta de Deus a formação do primeiro casal. Homem e mulher são mais do que semelhantes, são parte um do outro. Ambos formam, diante de Deus, pelo enlace matrimonial, uma só carne. E isso é possível por causa do amor, baseia-se no reconhecimento da própria imagem no rosto do outro e implica o comprometimento e a doação de ambos. É esse o projeto originário de Deus, evocado por Jesus para responder a seus contemporâneos a respeito da licitude do divórcio.

Hebreus começa com a declaração de que nestes dias, que são os últimos, Deus falou-nos por meio de seu Filho (cf. Hb 1,2). Jesus é o humano verdadeiro porque confia em Deus, é aquilo que todo ser humano é chamado a ser: filho de Deus. Em favor de todos nós, assumiu nossa humanidade, tornou-se um conosco, para a nossa salvação. A solidariedade e a comunhão, vivenciadas e propostas por Jesus, configuram e realizam o projeto primeiro de Deus para o ser humano. Ele é o dom de Deus. A salvação que ele nos trouxe é muito mais do que poderíamos esperar.

28º Domingo do Tempo Comum
14 de outubro

**“Saciai-nos, ó
Senhor, com vosso
amor, e
exultaremos de
alegria!” (Sl 89)**

I. Introdução geral

A liturgia deste domingo orienta nossa reflexão para o que deve ser realmente precioso aos nossos olhos. Para tal compreensão, precisamos de um espírito livre, ou seja, nosso coração não deve ter um ídolo a ocupar o lugar de Deus. A capacidade de reconhecer em que condições estamos diante de Deus nos vem da sabedoria enquanto dom divino. É na acolhida desse dom que seremos capazes de deixar tudo que possa nos afastar do caminho de Deus expresso no testemunho do Cristo Jesus, para que possamos cantar como o salmista e dizer que o amor do Senhor nos basta.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Sb 7,7-11

A primeira leitura consiste em um elogio à sabedoria. Esta, mais do que um conhecimento alcançado pelo ser humano, é dom de Deus, concedido a todos os que a pedem (cf. Tg 1,5), como fora dada a Salomão, o protótipo do sábio. Ele, consciente da grandiosidade de seu ofício e de suas limitações, pede que Deus lhe conceda um coração cheio de julgamento e a capacidade de discernir entre o bem e o mal. Seu pedido agradou de tal modo a Deus, que este lhe deu não apenas um coração sábio e inteligente, a sabedoria para governar, mas também riqueza e glória (cf. 1Rs 3,4-15).

Sendo característica própria de Deus, cabe somente a ele comunicá-la aos seres humanos. Desse modo, o justo atinge a sabedoria não porque a desenvolveu ou a alcançou pelos muitos anos de vida, pela observação ou por sua experiência, mas porque a recebeu de Deus por meio do ensino ou aprendizagem da Lei (cf. Sb 6,9), norma de vida do sábio, ou pela oração (v. 7), quando a sabedoria configura o Espírito de Deus, que move o ser humano e o capacita para uma tarefa.



Nesse sentido, a sabedoria é preferível a qualquer riqueza (vv. 8-9) – considerada, no Antigo Testamento, como bênção de Deus (cf. Dt 28,3-8); mais valiosa que a saúde, a beleza e a luz do dia (v. 10), muito apreciadas pela cultura helenística, com quem dialogava o autor do livro. No entanto, a sabedoria não se opõe aos bens. Antes, é vista como a fonte e a base de todos os bens, de uma riqueza incalculável (v. 11). É a sabedoria que assegura que o ser humano aja de acordo com a Lei de Deus, com sua instrução, e, assim, administre bem a própria vida e realize sua missão no mundo.

2. Evangelho: Mc 10,17-30

Jesus segue ensinando os discípulos no caminho para Jerusalém. O ensinamento agora girará em torno das condições e exigências do Reino, questão que comporta uma advertência sobre o perigo das riquezas e, ainda, sobre a recompensa do desprendimento.

O tema é introduzido pelo questionamento de um homem rico e piedoso que vem ao encontro de Jesus, perguntando-lhe o que deve fazer para ganhar a vida eterna. O Mestre responde, remetendo-o a Deus e aos mandamentos, os quais o homem afirma ter observado desde a juventude. Olhando-o com amor, Jesus o aconselha a vender tudo o que possui e dar aos pobres, para, depois, tornar-se discípulo. O homem, que havia se aproximado cheio de entusiasmo, foi embora abatido, porque era muito rico.

Ao discípulo não basta a observância dos mandamentos; compete-lhe o seguimento de Cristo, a imitação do seu modo de amar a Deus e servir o próximo. O cumprimento dos mandamentos, mais do que observância, expressa o amor, a entrega e a fidelidade ao Pai e ao Reino. O discipulado requer docilidade e total comprometimento. É significativo o fato de que este texto seja antecedido pelo relato do acolhimento das crianças (cf. Mc 10,13-16), no qual Jesus adverte que o Reino pertence

ce aos que a elas se assemelham, àqueles que são capazes de, deixando para trás suas seguranças, aventurar-se a tomar a própria cruz e seguir o Mestre em seu destino. O Reino requer a liberdade e a consciência de que se encontrou valioso tesouro (cf. Mt 13,44).

Em um segundo momento, Jesus direciona o olhar para os discípulos e constata: “Como é difícil para os ricos entrar no Reino de Deus!” (v. 23). A conclusão é reiterada no v. 24, diante da admiração dos discípulos, e desta vez ainda é ilustrada pela imagem do camelo passando pelo buraco de uma agulha, que, embora exagerada, manifesta a dimensão radical do seguimento e a impossibilidade dos ricos de alcançar a vida eterna. O seguimento de Cristo comporta despojamento e generosidade, disposição para segui-lo até a morte. Quem não é capaz de renunciar aos bens materiais, como será capaz de entregar a própria vida? Uma vez mais os discípulos ficam espantados e perguntam se alguém poderá mesmo ser salvo (v. 26). Jesus esclarece que a vida eterna não é algo que se conquista, mas é dom de Deus, algo que se deve receber com o coração aberto e livre.

Já que a vida eterna é dom de Deus, Pedro intervém, perguntando sobre a recompensa do desprendimento daqueles que, deixando tudo para trás, se fiaram em Jesus e em seu chamado. Jesus deixa claro que ao discípulo não está reservada a frustração, mas uma vida plena e realizada, própria de quem se despojou de tudo por haver encontrado grande tesouro. No entanto, o discípulo não está livre de perseguições. Elas são a prova de que caminhamos no encalço do Mestre, caminho esse que nos conduz à vida eterna.

3. II leitura: Hb 4,12-13

A segunda leitura deste domingo consiste em um elogio à palavra de Deus. O texto de Hebreus nos diz que essa palavra vem a nós comunicando vida, vigor, ânimo; é eficaz, realiza em nós sua missão, atinge o pro-



pósito para o qual foi enviada (cf. Is 55,10-11); e é mais cortante e penetrante do que qualquer espada de dois gumes, atinge e perscruta até o mais íntimo do ser humano. Nada escapa a essa palavra. Ela julga até mesmo o que não exteriorizamos. Diante dela, nada permanece oculto. É força que move a história humana e diante da qual prestaremos contas de nossa existência.

Em seu Filho, Deus pronunciou sua palavra final e decisiva (cf. Hb 1,2). Por meio dele, tudo o que existe foi criado, e a ele todos estamos destinados. Nele encontramos plena realização. Sua vida nos interpela e nos salva, questiona-nos e convoca. É oferta de vida plena e convite a orientar nossa liberdade para o amor e o serviço.

Cabe recordar aqui a parábola do semeador e as diferentes atitudes diante da pregação da palavra do Reino (cf. Mt 13,3b-9.18-23) e perguntar qual tem sido a nossa conduta. Temos escutado e compreendido essa palavra ou ela tem sido arrancada do nosso coração? Somos interlocutores que a acolhem com alegria, mas não deixamos que crie raízes e cresça em nós? Os cuidados com o mundo e o apego às riquezas têm calado ou sufocado essa palavra de vida em nós? O que se espera do cristão, de outrora e de todos os tempos, é que escute, compreenda e frutifique a palavra em sua vida.

III. Pistas para reflexão

Jesus é palavra de Deus que interpela o rico e revela que todo o seu entusiasmo não passa de boa vontade; que o seu apego à riqueza o impede de descobrir qual é o verdadeiro tesouro e de acolher o chamado para seguir Jesus. O rico não segue Jesus por não ser capaz de renunciar à falsa segurança que lhe ofereciam seus bens. Não está disposto a pautar sua vida no amor, na generosidade e na entrega de si a Deus em favor dos irmãos.

A vida eterna, tal como a sabedoria, é dom de Deus. Ninguém, por mais que se esforce,

pode alcançá-la. No entanto, é-nos ofertada em Jesus, cuja vida é caminho que, ao ser trilhado, confere plenitude, realiza em nós a vocação à qual fomos chamados: a filiação divina. A liturgia deste dia põe diante de nós as condições e exigências do discipulado. Recordamos que o convite ao seguimento é proposta de amor (cf. Mc 10,21). Desse modo, a renúncia dos bens e a partilha com os pobres não são uma atitude ascética, mas consequência do encontro com o Cristo, tesouro diante do qual qualquer outro bem perde o valor, como tão propriamente expressou Paulo: “O que para mim era lucro, tive-o como perda por amor de Cristo” (Fl 3,7).

29º Domingo do Tempo Comum

21 de outubro

**“Sobre nós venha,
Senhor, a vossa
graça, pois em vós
nós esperamos!”
(Sl 32)**

I. Introdução geral

A liturgia deste domingo é um alerta para que não sigamos tão facilmente nossa tendência natural à glória e à honra, nosso desejo de sermos considerados mais importantes que os outros. A liturgia nos conduz, assim, ao caminho do Servo de YHWH e do Cristo, sumo sacerdote, que partilha da experiência de dor, padecimento e serviço e não busca a exaltação.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. 1ª leitura: Is 53,10-11

A primeira leitura é parte também da liturgia da Palavra da Sexta-feira Santa. Con-



siste em pequeno fragmento do chamado Livro da Consolação (cf. Is 40-55), escrito nos últimos anos do exílio babilônico (550-539 a.C.), interpretado pelo povo, longe de sua terra, como período de separação entre YHWH e Israel. O Dêutero-Isaías foi escrito para que o povo permanecesse fiel e resistisse diante das dificuldades.

Os vv. 10-11 do capítulo 53 de Isaías apresentam o Servo de YHWH e anunciam seu destino. Com frequência, o quarto Cântico do Servo (cf. Is 52,13-53,12) foi utilizado pelos autores do Novo Testamento para compreender e explicar a fé em Jesus, que morreu para salvar o seu povo. O Servo, apresentado aqui, oferece sua vida em expiação e fará justos inúmeros homens, carregando a culpa na qual haviam caído. Ele terá uma descendência duradoura e cumprirá com êxito a vontade do Senhor.

O Servo é aquele que se entrega no lugar dos pecadores. É significativo aqui o tema da expiação da culpa e da reconciliação entre o Senhor e seu povo. O termo expiação, embora comporte um caráter jurídico e possa remeter às noções de transgressão, obrigação e responsabilidade sobre uma culpa, ou ainda de compensação desta, nesse contexto está intimamente ligado à noção de restituir a justiça, de tornar justo o que é injusto (v. 11). Para isso, o Servo, embora justo, dispõe sua vida em favor dos outros e assume a culpa dos pecadores, oferecendo-se como argumento de justificação, para que Deus perdoe e aceite, como justos, aqueles que haviam caído em pecado. Nesse sentido, a expiação aproxima-se do conceito de reconciliação e está diretamente relacionada a outros conceitos determinantes do Antigo Testamento: fundamenta-se na aliança entre Deus e o povo e no seu rompimento, o que requer a justificação e o perdão dos pecados.

O Servo cumprirá com êxito a vontade do Senhor, a qual, nesse caso, consiste em oferecer-se como instrumento de expiação

dos pecados de inúmeros homens, submetendo-se a uma vida de sofrimento. Por isso será recompensado com uma descendência duradoura, participando, assim, da aliança de Deus com Abraão, a quem foi prometido um nome poderoso (cf. Gn 12,2), uma terra (cf. Gn 13,14-17) e uma descendência numerosa (cf. Gn 15,5). Sua fidelidade a YHWH, como a de Abraão (cf. Gn 22,1-19), perseverante em tempos de provações, assegura uma posteridade a Israel.

2. Evangelho: Mc 10,35-45

Em Mc 8,29, os discípulos expressam seu reconhecimento de que Jesus é o Messias. A partir de então, ele passa a ensiná-los o caminho pelo qual devem segui-lo, mostrando que seu messianismo não corresponde às ideias messiânicas dos discípulos. Assim, o primeiro anúncio da paixão (cf. Mc 8,31-33) é consequência imediata da confissão de Pedro. No evangelho deste dia, continuamos a acompanhar Jesus no seu caminho para Jerusalém. Uma vez mais, deparamos com o completo desencontro entre a proposta sua e os ideais daqueles que o acompanhavam, os quais insistiam em suas ambições e projetos de grandeza e na orientação terrena de suas aspirações.

Após Jesus anunciar, pela terceira vez, a humilhação, o sofrimento e a morte que o aguardam (cf. Mc 10,32-34), Tiago e João aproximam-se dele para pedir os postos de honra, os primeiros lugares, no reino que será instaurado. Ambos parecem não participar da conversa. Não compreendem o ensinamento de Jesus. Tampouco os outros discípulos o fazem, o que se pode demonstrar pela sua irritação com a petição dos dois filhos de Zebedeu (v. 41).

Jesus esclarece que a participação do Reino é consequência do discipulado, da participação no seu destino. A sorte do discípulo não é diferente da do Mestre (cf. Mt 10,24). E, utilizando duas imagens bastante signifi-



cativas, pergunta se eles estão mesmo dispostos a acompanhá-lo no destino que o aguarda, bebendo o mesmo cálice que ele e participando do mesmo batismo. O cálice que Jesus tomará é o do julgamento do pecado dos povos, em solidariedade com a humanidade pecadora, tiranizada pela injustiça e marcada pela violência. Como o Servo de YHWH, Jesus é solidário com os pecadores, que serão justificados pelo oferecimento de sua vida. Também a imagem do batismo evocará essa solidariedade, tal como o seu batismo por João Batista nas águas do Jordão, no gesto que inaugurou sua vida pública (cf. Mc 1,9-11). O cálice e o batismo são imagens que evocam a participação no sofrimento e a imersão na morte de Jesus.

O convite ao seguimento de Jesus não comporta garantias futuras, a não ser a de tomar parte na mesma sorte do Mestre. Assim, o discípulo é chamado a segui-lo e, a seu exemplo, confiar ao Pai o seu futuro. Jesus aproveita o pedido dos dois irmãos e o momento de irritação dos demais discípulos, que insistiam em disputar os primeiros lugares, para reiterar seu ensinamento acerca da lei suprema do Reino: o serviço. Na comunidade dos seguidores de Jesus, que se fez servo de todos, cada um deve se pôr como servo dos outros. Nessa comunidade não há lugar para a ambição do poder e desejo de domínio. Na comunidade do Reino, há uma inversão de valores: a autoridade não é caracterizada pelo ato de mandar e controlar, mas pela atitude e postura de serviço.

O título Filho do homem, utilizado frequentemente por Jesus para referir-se a si mesmo, alude, na tradição bíblica, àquele que recebeu de Deus o poder e o domínio (cf. Dn 7,13). Jesus, no entanto, é o Filho do homem que veio para servir (v. 45). Como o Servo de YHWH, cumpre a vontade do Senhor fielmente, oferecendo a própria vida em resgate de muitos (cf. Mc 14,24). Desse modo, assume o comportamento que pede aos seus discípulos.

3. II leitura: Hb 4,14-16

Para o autor de Hebreus, Jesus é o sumo sacerdote por excelência. É o Filho de Deus, que atravessou os céus. Esse é o conteúdo da nossa fé (v. 14). Trata-se, porém, de sacerdócio diferente. Solidário a nós em tudo, foi provado no sofrimento e, por isso, é capaz de se compadecer de nossas fraquezas e de nos socorrer (cf. Hb 2,17-18). Com exceção do pecado, Jesus é o ser humano pleno, ajustado à vontade de Deus. Assim, seu sacerdócio é dissonante daquele que se conhecia no judaísmo, muitas vezes maculado pela corrupção e pelo domínio sobre o povo em decorrência desta posição, revelando-se incapaz de compaixão (cf. Mc 11,17-18).

Desse modo, tal como Jesus se fez solidário a nós, podemos nos aproximar e suplicar a graça do seu Espírito para que nos ajude a realizar nossa vocação e para aprender o caminho do serviço, indicado por ele, na pregação e nas escolhas, como regra de vida dos seus seguidores.

III. Pistas para reflexão

A partir do momento em que os discípulos reconheceram que Jesus era o Messias, toda pregação, ensinamento e atividade dele visavam explicar qual modelo de messianismo era o seu. Jesus passou a anunciar sua paixão, morte e ressurreição ao terceiro dia. O autor do Evangelho de Marcos apresenta três relatos de predição da paixão (cf. Mc 8,31-33; 9,30-32; 10,32-34). Em cada um deles, o modo de apresentar o padecimento pelo qual Jesus deveria passar é diferente e vem acompanhado da incompreensão dos discípulos. No entanto, o evangelista quer deixar claro que sofrimento, morte de cruz e ressurreição são os elementos constituintes do messianismo de Jesus, o enviado último de Deus, e são também, em certa medida, extensivos aos seus seguidores.

O seguimento de Jesus exige coragem. Não se restringe ao cumprimento de suas pa-



lavras, mas comporta a adesão à sua vida. Jesus toma o nosso lugar num gesto de entrega. Assume o lugar dos condenados para que ninguém seja condenado. Como o Servo do cântico de Isaías, oferece a vida para justificar os pecadores (cf. Is 53,10). Sua entrega se manifesta de forma plena no alto da cruz, com a consumação de sua vida e a máxima expressão do seu amor e serviço a Deus e à humanidade. De modo que o Cristo elevado na cruz é modelo surpreendente de vida plena, de alguém fiel ao Pai até a consumação de suas forças, de alguém que confiou absolutamente no Pai e livremente abraçou sua vontade (cf. Mc 14,36).

A Igreja continua o agir de Jesus e pode contar com a graça do seu Espírito para que seja a ele configurada, a fim de ser, para o mundo, sacramento de Cristo e servidora do Reino de Deus. Assim, não há lugar para rivalidades, ambições e disputas pelos postos e títulos de honra. Como o seu Senhor e Mestre, sua missão é servir e entregar a própria vida (cf. Mc 10,45).

30º Domingo do Tempo Comum
28 de outubro

“Maravilhas fez conosco o Senhor, exultemos de alegria!” (Sl 125)

I. Introdução geral

A liturgia deste domingo nos convida a viver segundo as virtudes teologais, a celebrar na alegria a salvação que nos foi garantida pelo Filho, Verbo encarnado, humano como nós. Ele nos ensina a viver segundo a vontade do Pai para que tenhamos vida, e vida em abundância.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Jr 31,7-9

O exílio babilônico foi uma das experiências mais desafiadoras e profundas do povo de Israel. O povo, debilitado e abatido, teve de reformular e reafirmar sua fé no Deus salvador. O profeta Jeremias viveu essa experiência em seu momento inicial, e a postura por ele assumida lhe custou perseguições e punições. Sua mensagem, porém, é permeada pela esperança de novo tempo. A primeira leitura deste dia é parte do chamado Livro da Consolação (cf. Jr 30-33), que consistia em um anúncio de salvação e um convite à alegria pela reunificação dos reinos e pelo retorno dos exilados.

O pano de fundo é a nova aliança entre Deus e seu povo. O exílio é semelhante ao deserto dos tempos de outrora (cf. Jr 31,2), lugar onde Israel encontra seu Deus e é convidado a tomar alegremente o caminho rumo à terra (v. 7), como em novo êxodo (Sl 126). A imagem apresentada nestes versículos evoca um rebanho guiado pelo pastor. Ele busca, reúne e conduz seu numeroso rebanho, no qual há cegos e aleijados, parturientes e mulheres grávidas (v. 8), o que indica que a salvação de Deus alcança a todos, os mais frágeis e débeis e os fecundos.

O realizador dessa salvação é o Senhor mesmo. Dele é a iniciativa, como um pai que cria e educa seu filho (cf. Os 11; Is 1,2.4). A menção a Efraim diz respeito a Israel, e a alusão à primogenitura recorda os numerosos privilégios e a consideração especial de que gozava o primeiro filho (cf. Ex 13,1-16). Como um pai, o Senhor consolará seu povo (v. 9).

2. Evangelho: Mc 10,46-52

O evangelho nos traz o acontecimento que marcou a última etapa do caminho rumo a Jerusalém – caminho compreendido não só no sentido geográfico do termo. A cura do



cego de Jericó assinala o final da seção de ensinamento aos discípulos, na qual Jesus lhes anuncia o próprio destino, enquanto Servo sofredor, bem como as condições e exigências do seguimento, como pudemos acompanhar na liturgia dos domingos anteriores. A cura do cego arremata o caminho do discipulado.

Jesus, seus discípulos e grande multidão saíam de Jericó em direção a Jerusalém. Um cego que estava à beira do caminho, pedindo esmola, põe-se a gritar, chamando por Jesus, aclamando-o como Filho de Davi e pedindo-lhe que tenha compaixão dele (vv. 46-47). Aqui podemos ver o contraste inicial: Jesus e seus discípulos estavam a caminho, e o cego, à margem do caminho; de Jesus conhecemos nome e título, e do cego, apenas o nome de seu pai; Jesus era acompanhado por seus discípulos e grande multidão, e ao cego foi dada a ordem de calar-se: a multidão apenas quer contê-lo. Filho de Davi é o título que os judeus davam ao Messias, de quem esperavam a restauração do reino de Israel. Desse modo, o grito do cego consiste numa profissão de fé, embora tal título não represente bem a missão de Jesus. Ele mesmo o questiona em Mc 9,35-37.

A narrativa segue: Jesus, ouvindo o grito do cego, manda que o chamem. Desta vez, a multidão o encoraja. O outro levantou-se de imediato e, deixando para trás tudo o que possuía, foi até Jesus. Vale lembrar que o cego era um mendigo e seu manto era sua única garantia de conforto e de segurança da própria vida. Jesus dirige ao filho de Timeu a mesma pergunta feita, há pouco, aos filhos de Zebedeu: “Que queres que eu te faça?” O cego decididamente responde: “Mestre, que eu veja!” (v. 51). O “ver”, no Evangelho de Marcos, segue a dinâmica do “ouvir” no Antigo Testamento: mais que um ato físico, comporta um peso teológico imenso. Ver implica “comprometer-se com”. Outra vez, o cego utiliza um título para referir-se a Jesus:

“Mestre”. E como Mestre Jesus não só o curou, mas o enviou. O cego passa a segui-lo resolutamente pelo caminho (v. 52).

A cura do cego de Jericó é o último ato portentoso de Jesus, apresentado pelo evangelista, antes de sua chegada a Jerusalém. É significativo o fato de se tratar da cura da cegueira, já que seus discípulos e os leitores de Marcos necessitavam, e ainda hoje necessitamos, ver claramente quem é Jesus, seu caminho de cruz e de serviço, caminho que cada cristão é chamado a trilhar. O filho de Timeu, assim, é modelo para os discípulos de Jesus de todos os tempos, chamados a testemunhar sua fé e a seguir decididamente seu Mestre e Senhor pelo caminho.

3. II leitura: Hb 5,1-6

O texto de Hebreus vem nos recordar que a figura de mediação entre Deus e o ser humano não surge de uma decisão e iniciativa humanas, mas, ao contrário, divinas. Com isso, diz-nos que, desde sempre e por todo o sempre, Deus nos precede, porque é amor e porque ama sua criatura e jamais a abandona. A figura do sumo sacerdote é crucial para a compreensão de que Deus e o ser humano são radicalmente diferentes e de que este é incapaz de chegar àquele por si só.

Em Cristo, o sumo sacerdote perfeito – porque Filho divino e filho do homem, portanto, humano –, podemos nos aproximar de Deus sem medo. Nossos pecados já não serão nossa sentença de morte quando nos encontrarmos diante de Deus, porque nosso sumo sacerdote é aquele que se oferece como dom por todos nós. Desse modo, reconcilia-nos com o Pai, e isso é motivo de alegria.

III. Pistas para reflexão

Cada uma das leituras aponta para uma das virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. Embora o texto de Jeremias convide à esperança, é a virtude da fé a que mais se destaca: com efeito, o povo exilado havia perdido



tudo que representava a presença de seu Deus e Senhor e, diante da negação total, é pela fé que esse povo ouve e acolhe com alegria a palavra de restauração pronunciada pelo profeta.

O evangelho, como a primeira leitura, traz indícios de fé e esperança, porém é a segunda que sobressai, porque ao cego, sentado à beira do caminho, nada mais restava senão a esperança de uma intervenção divina inesperada. E o inesperado, mas desejado, acontece. O Senhor o chama e o socorre em sua necessidade, naquilo que o fazia viver à margem e sem esperança.

A segunda leitura ressalta a caridade, expressa na solidariedade do Filho de Deus, sumo sacerdote misericordioso para com seus irmãos humanos, frágeis e pecadores, necessitados de um mediador, defensor de suas causas.

Ainda que a fé apareça referida a todo o povo de Deus, a esperança a um membro “excluído” desse povo e a caridade ao próprio Filho de Deus, Senhor do povo, elas servem de orientação e norteiam a vida do cristão. Assim, como membros do povo de Deus e filhos no Filho, somos instados a viver pela fé, na esperança e na prática da caridade. ●



80 páginas

“A sabedoria é um espírito amigo do ser humano” (Sb 1,6): caminho para a justiça e a vida

Entendendo o livro da Sabedoria
Centro Bíblico Verbo

Esta publicação do Centro Bíblico Verbo aprofunda os temas do livro da Sabedoria que serão trabalhados no mês da Bíblia, em cinco encontros semanais, por meio dos folhetos *Bíblia Gente*. Nas entrelinhas do livro da Sabedoria é possível perceber a dor provocada pela injustiça e a súplica dos justos pela sabedoria de Deus como caminho para a liberdade.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br

Breve resenha de *O segredo admirável do Santíssimo Rosário para se converter e se salvar* (PAULUS, 2018), de São Luís Maria Grignion de Montfort

Tiago José Risi Leme*



*Tiago José Risi Leme, natural de Bragança Paulista-SP, graduado em Letras (Português/Francês) pela Universidade de São Paulo, é coordenador de revisão da Paulus Editora e tradutor.

São João Paulo II, em sua Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae*, refere-se ao *Segredo admirável do Santíssimo Rosário para se converter e se salvar* como “preciosa obra sobre o Rosário” (n. 8) e situa seu autor junto à “multidão sem conta de santos que encontraram no Rosário um autêntico caminho de santificação” (*ibid.*). Em sua carta, o santo padre designa o Rosário como *oração cristológica*, definição já fundamentada por São Luís Maria, na medida em que se trata de oração que nos leva a meditar os mistérios da vida, da paixão e morte e da ressurreição e glória de Nosso Senhor Jesus Cristo, mistérios dos quais a Santíssima Virgem participou plenamente, como aquela que aceitou ser a Mãe do Filho de Deus. O Rosário é oração cristológica porque tem como ponto de partida e fundamento o mistério da encarnação de Cristo e a finalidade de prestar um louvor agradável a Deus Pai pela encarnação, ressurreição e ascensão de seu Filho, em virtude das quais a assunção e a coroação de Maria Santíssima



como Rainha do céu e da terra são também motivo de grande alegria para todos os que cantam igualmente as glórias de Maria, a cada saudação angélica recitada com amor e gratidão.

A repetição da Ave-Maria na recitação do Rosário, além de nos predispor à contemplação, tem a virtude de honrar não apenas Nossa Senhora, mas, primordialmente, a Santíssima Trindade, no louvor à encarnação do Verbo, uma vez que, pela saudação do anjo, se inaugurou o tempo da salvação, no preciso momento em que o Divino Espírito de Deus cobriu a Virgem Maria com sua sombra e ela concebeu o Filho do Altíssimo. Nesse sentido, o Rosário também consiste numa oração trinitária, conforme São Luís Maria argumenta, ao definir a Ave-Maria como o “cântico novo” dos que professam a fé em Cristo, cântico já prefigurado pelo cântico antigo do povo hebreu ao sair da escravidão do Egito (cf. n. 46).

São Luís Maria afirma serem cinco os objetivos principais do Santo Rosário: “1) honrar as três Pessoas da Santíssima Trindade; 2) honrar a vida, a morte e a glória de Jesus; 3) imitar a Igreja triunfante, auxiliar a Igreja militante e aliviar a Igreja padecente; 4) imitar as três partes dos Salmos, sendo a primeira relativa à via purgativa, a segunda à via iluminativa e a terceira à via unitiva; 5) encher-nos de graças durante a vida, de paz na hora da morte e de glória na eternidade” (n. 23).

Conforme o terceiro objetivo citado, o Santo Rosário possui ainda uma dimensão eclesiológica e mesmo escatológica. Eclesiológica porque nos une a toda a Igreja, principalmente à Igreja militante, dos fiéis que caminham neste mundo de incertezas e tribulação, muitas vezes passando pelo vale de lágrimas e fazendo a experiência do desterro. O Santo Rosário também nos une à Igreja padecente, dos fiéis que se purificam no purgatório (cf. n. 97, 153, 159). São Luís

Maria insiste sobre a eficácia do Rosário para conduzir as almas do purgatório à luz eterna. A dimensão escatológica do Santo Rosário está ligada ao fato de também nos unir à Igreja dos que já se encontram na glória. Assim, São Luís Maria reforça a importância de rezá-lo em família ou em comunidade, apoiado nas próprias palavras do Senhor, que prometeu estar presente entre nós quando nos reunirmos em seu nome, de modo que, estando ele presente – ele que será tudo em todos (cf. 1Cor 15,28) –, também o céu se faz presente em nosso meio.

A história do Santo Rosário e sua configuração atual estão ligadas às aparições de Nossa Senhora a São Domingos de Gusmão (1170-1221), pai da Ordem Dominicana e grande apóstolo do Rosário. Muitos dos frutos e prodígios da pregação de São Domingos (como conversões, curas e exorcismos), referidos por São Luís Maria, foram narrados pelo bem-aventurado dominicano Alain de la Roche (1428-1475) na obra *De dignitate psalterii*, em que ele designa o Santo Rosário como o Saltério da Santíssima Virgem, numa referência ao Saltério de Davi, que constitui o Saltério da Liturgia das Horas, rezado pelo clero e pessoas consagradas. O Saltério de Nossa Senhora passa a ser a oração de todo o povo cristão.

Para concluir, convém enfatizar os frutos do Rosário mencionados por São Luís Maria a partir do bem-aventurado Alain de la Roche:

1) Os pecadores obtêm o perdão; 2) Os sedentos de perfeição crescem na graça; 3) Os prisioneiros veem quebrarem seus grilhões; 4) Os que choram encontram consolo; 5) Os que são tentados encontram paz; 6) Os necessitados recebem ajuda; 7) Os religiosos se reformam; 8) Os ignorantes se instruem; 9) Os vivos triunfam sobre a vaidade; 10) Aos defuntos chega, sob a forma de sufrágio, a aguardada misericórdia (n. 115). ●